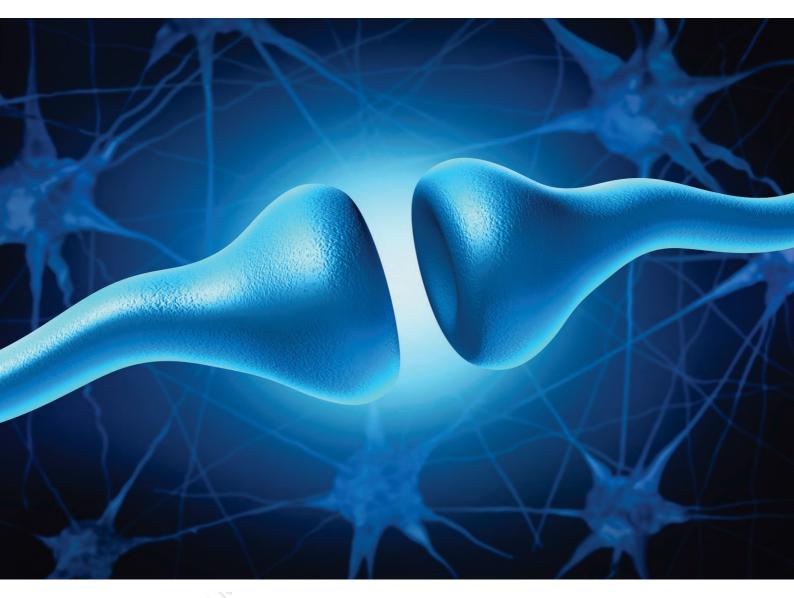
THIAGO STRAUSS MARCELO LEITE





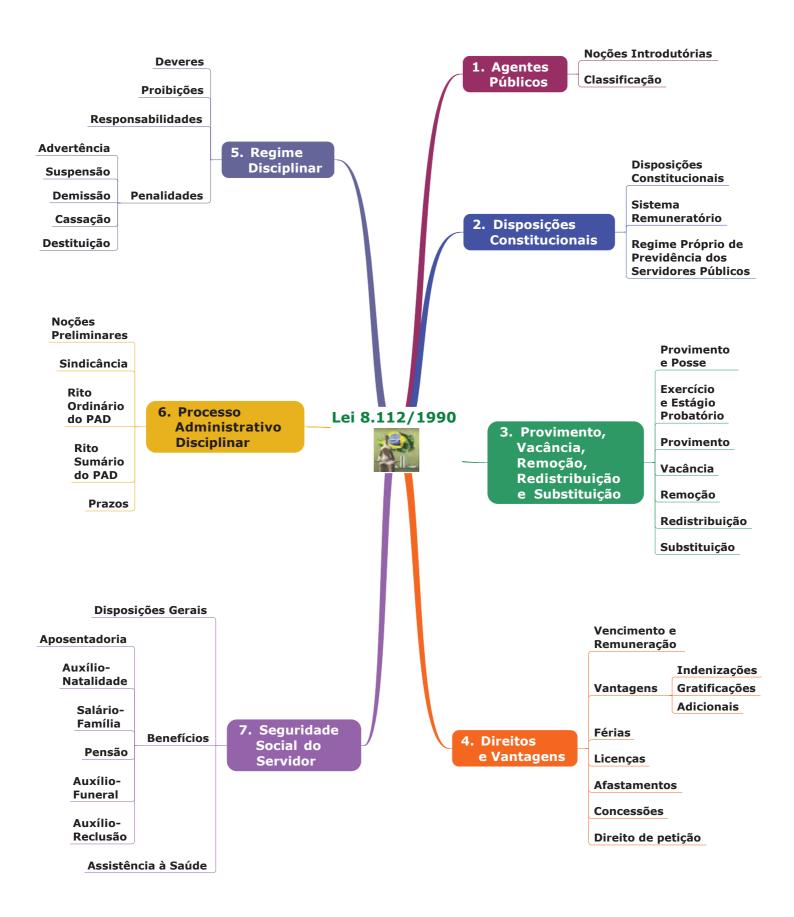
LEI 8.112/90 EM MAPAS MENTAIS

- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais



SUMÁRIO

Vis	são Geral da Lei 8.112/90	3
1.	Agentes Públicos	4
	Noções Introdutórias	4
	Classificação	5
2.	Disposições Constitucionais	6
	Sistema Remuneratório	8
	Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos	10
3.		12
	Provimento e Posse	12
	Exercício e Estágio Probatório	13
	Formas de Provimento	14
	Vacância	17
	Remoção, Redistribuição e Substituição	18
4.		19
	Vencimento e Remuneração	19
	Vantagens	20
	Férias	25
	Licenças	26
	Afastamentos	31
	Concessões	34
	Direito de petição	35
5.		36
	Deveres	36
	Proibições	37
	Responsabilidades	39
	Penalidades	41
6.	Processo Administrativo Disciplinar	44
O.	Noções Preliminares	44
	Sindicância	45
	Rito Ordinário do PAD	46
	Rito Sumário do PAD	48
	Prazos	48
7.		49
),.	Disposições Gerais	49
	Benefícios	50
	Assistência à Saúde	53



necessariamente, concurso público

São destinadas às

atribuições de direção,

chefia e assessoramento

Exercidas exclusivamente

por servidores ocupantes de cargo efetivo (CF, art. 37, V)

Agentes públicos são todos aqueles que exercem FUNÇÃO PÚBLICA como prepostos do Estado São todas as pessoas físicas que manifestam, 1. Conceito por algum tipo de vínculo, a vontade do Estado São as mais simples e indivisíveis unidades de competência a serem expressas por um agente, previstas em número certo, com denominação própria, retribuídas por pessoas jurídicas de direito público e criadas por lei (Bandeira de Mello) Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor (Lei 8.112/90, art. 3º) Unidade de atribuições cujo ocupante possui vínculo **estatutário** com o Estado Membros do Poder Judiciário I - Vitalício Membros do Ministério Público Membros dos Tribunais de Contas Cargo público Parte da doutrina classifica os ocupantes de cargos vitalícios como AGENTES POLÍTICOS **Tipos** Ocupante Isolados; ou de cargos Organizados em carreira II - Efetivo **Agentes Públicos** Destinados à direção, chefia e assessoramento (CF, art. 37, V) III - Em comissão 2. Cargo, São núcleos de encargos de trabalho permanentes a emprego serem preenchidos por agentes contratados para e função desempenhá-los, sob relação **trabalhista** (Bandeira de Mello) **Emprego** Unidade de atribuições cujo ocupante possui público vínculo contratual com o Estado, sob a regência da CLT São plexos unitários de atribuições, criadas por lei, correspondentes a encargos de direção, chefia e assessoramento, a serem exercidas por titulares de cargo efetivo (Bandeira de Mello) Conjunto de **atribuições** exercidas por agentes públicos, às quais não corresponde um cargo ou emprego públicos (Di Pietro) Contratados por tempo determinado para atender à I - Função exercida necessidade temporária de por servidores excepcional interesse público contratados Função Não se exige, temporariamente

pública

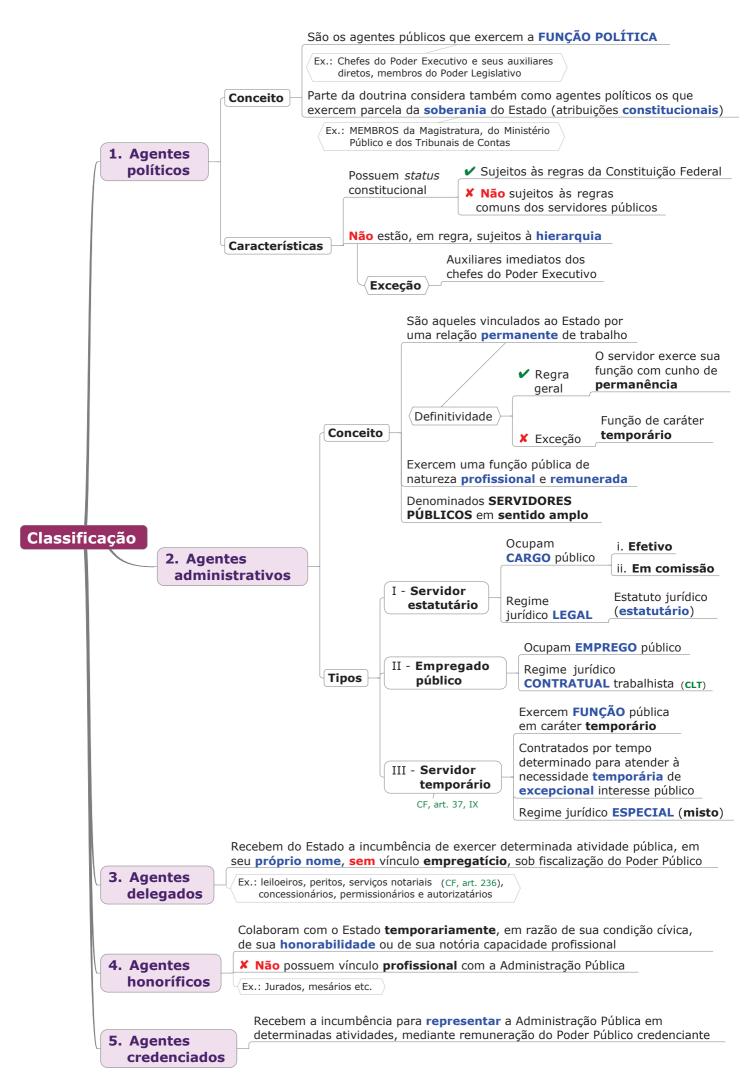
Tipos

II - Funções

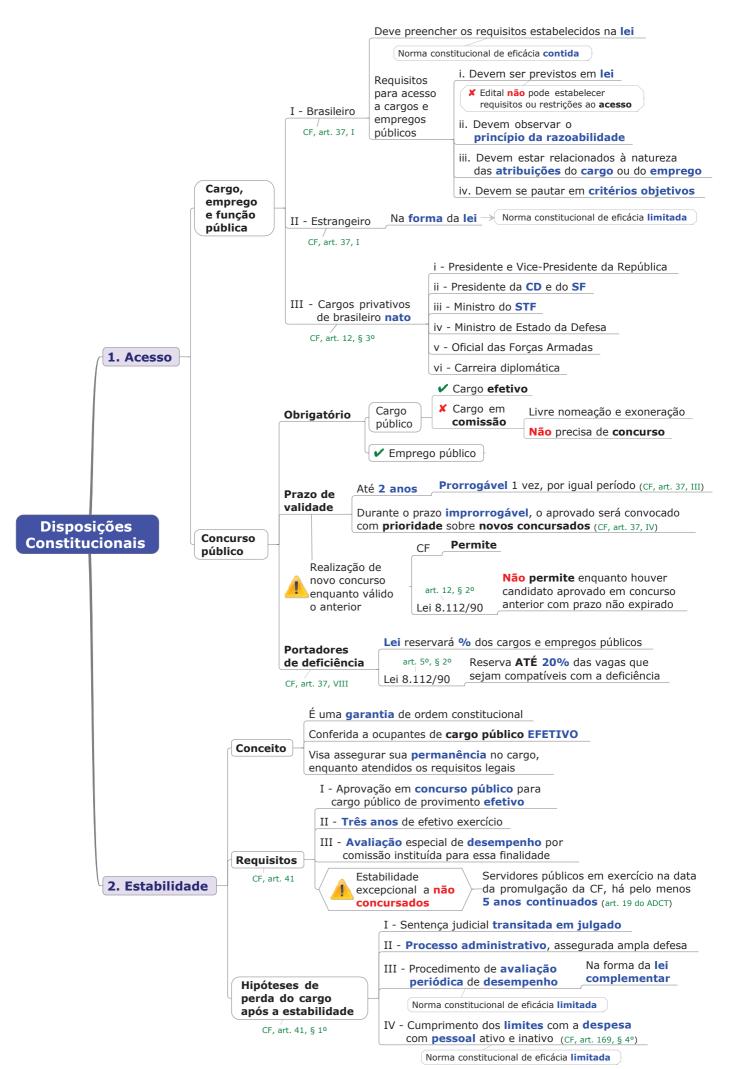
de **natureza**

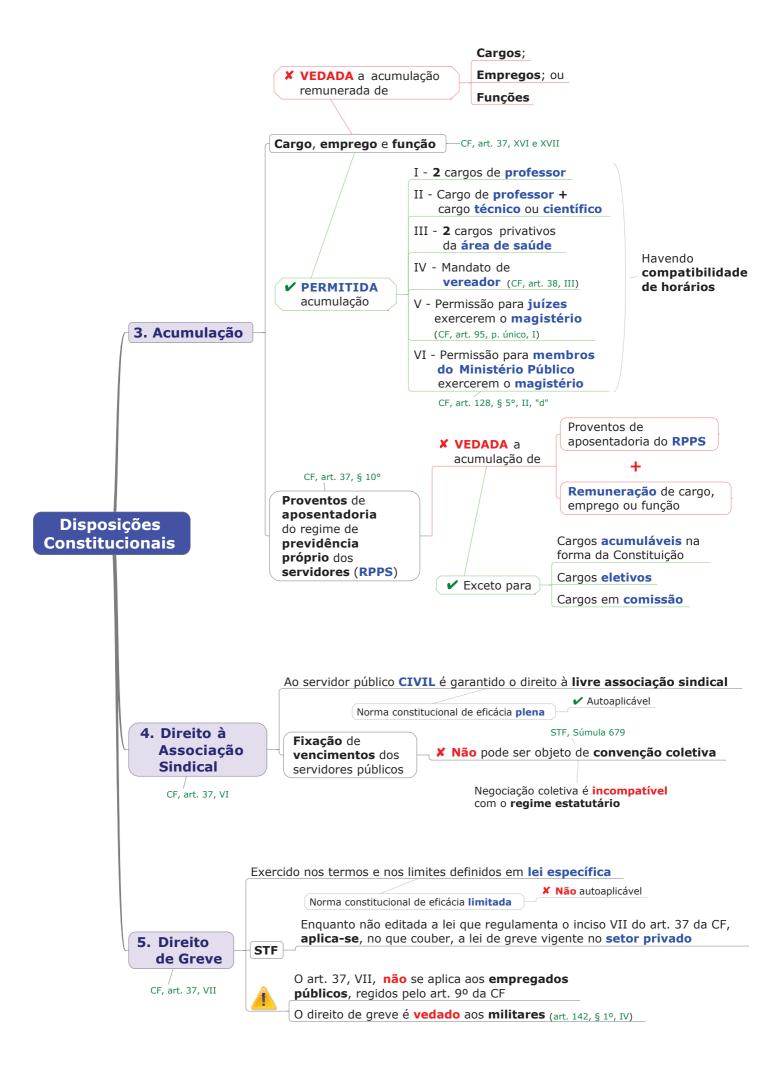
permanente

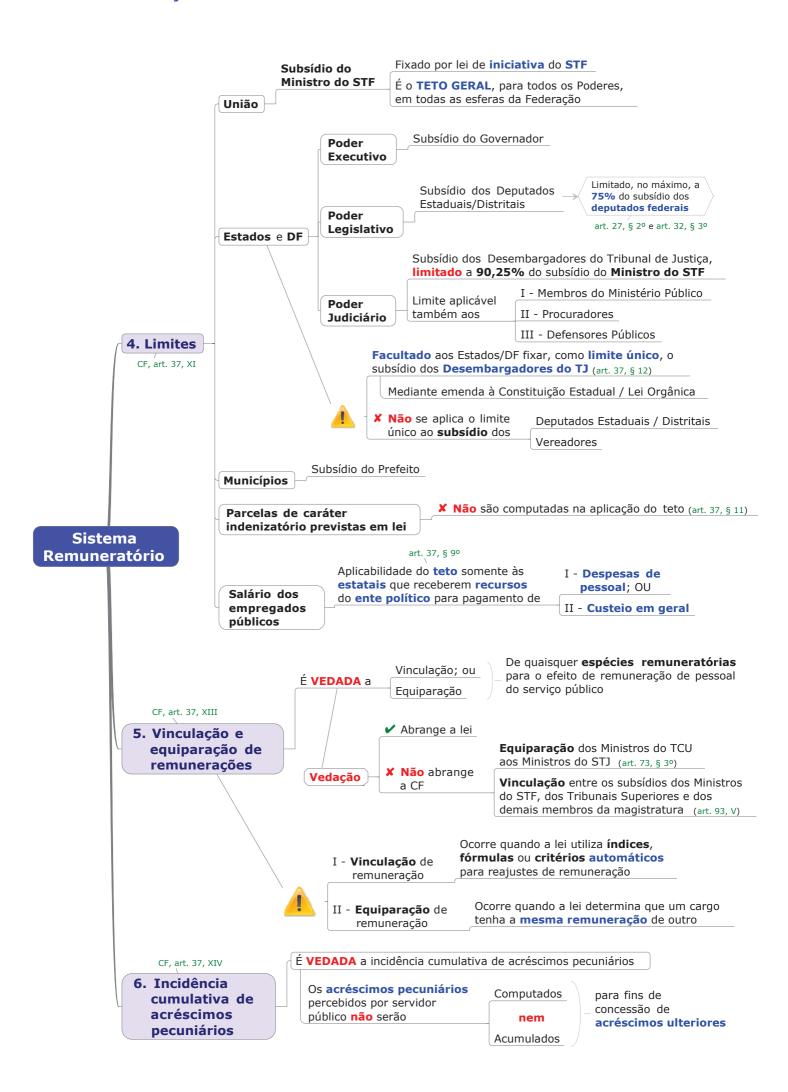
www.pontodosconcursos.com.br AGENTES PÚBLICOS - CLASSIFICAÇÃO



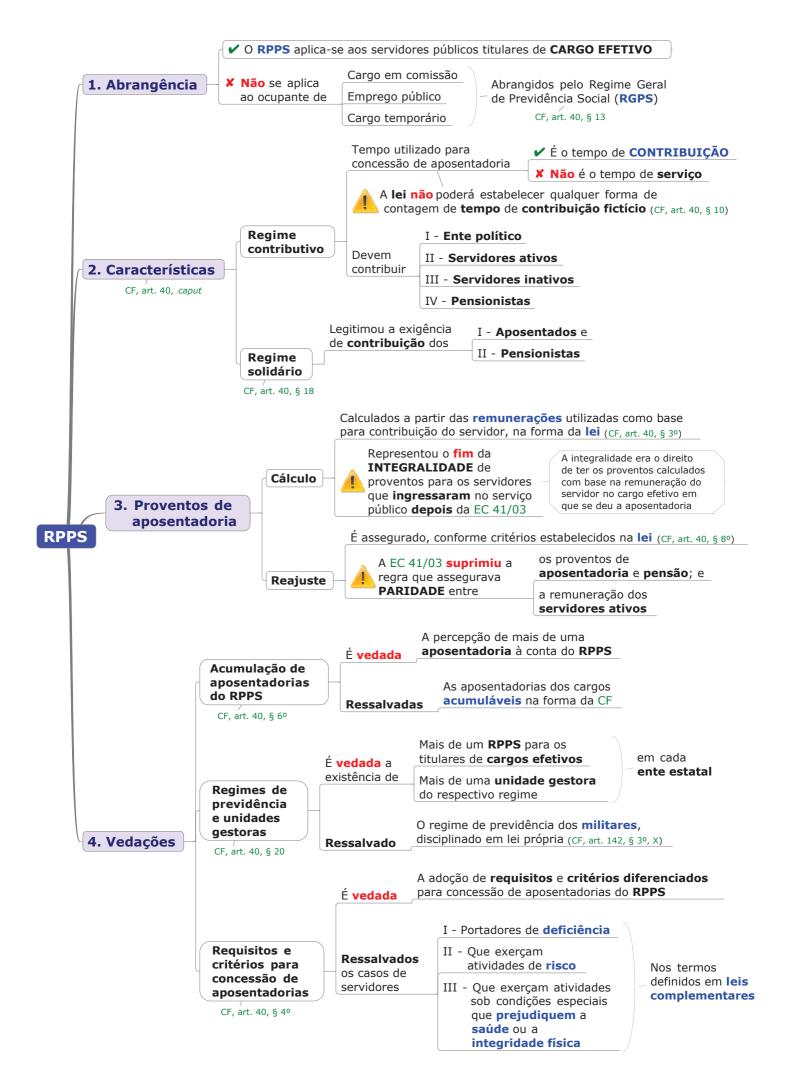
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS I



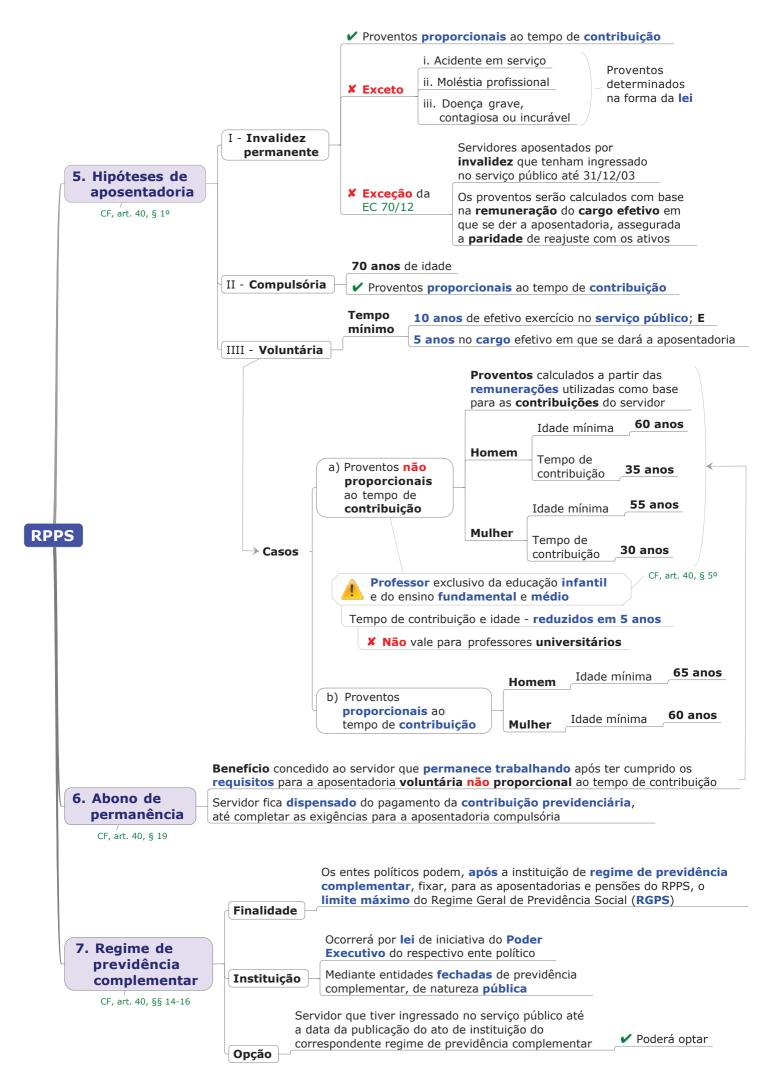




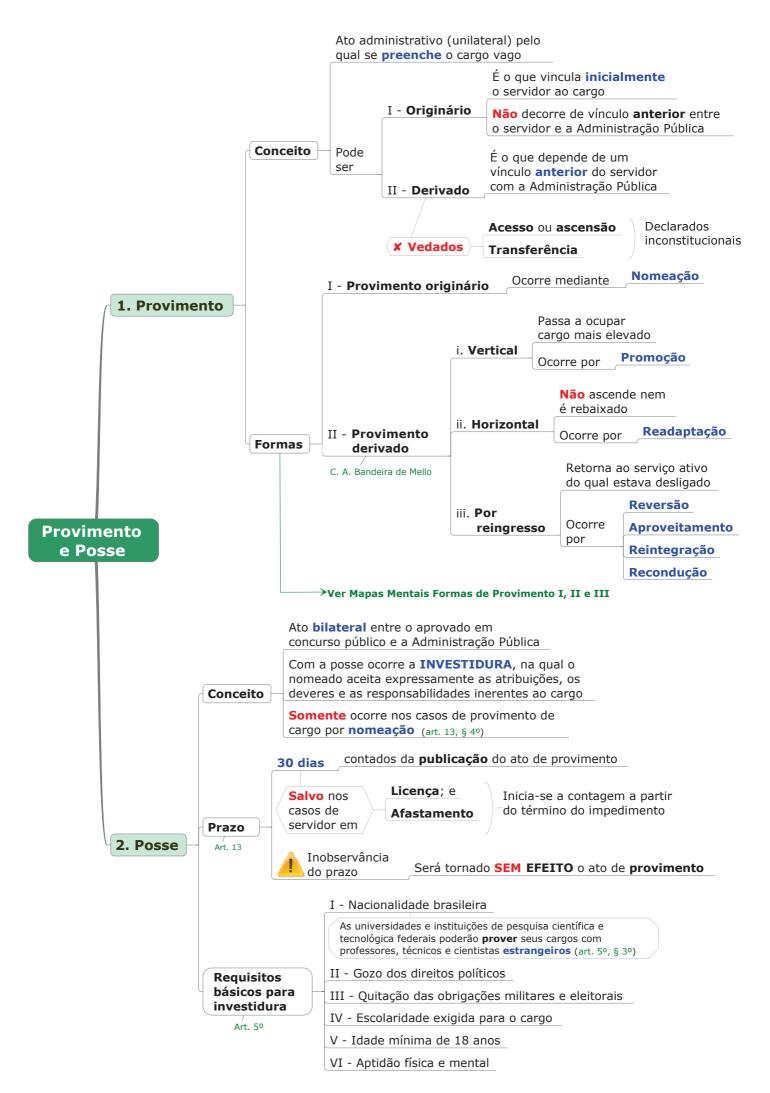
Thiago Strauss Www.pontodosconcursos.com.br Lei 8.112/90 em Ma Marcelo Leite REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS) I

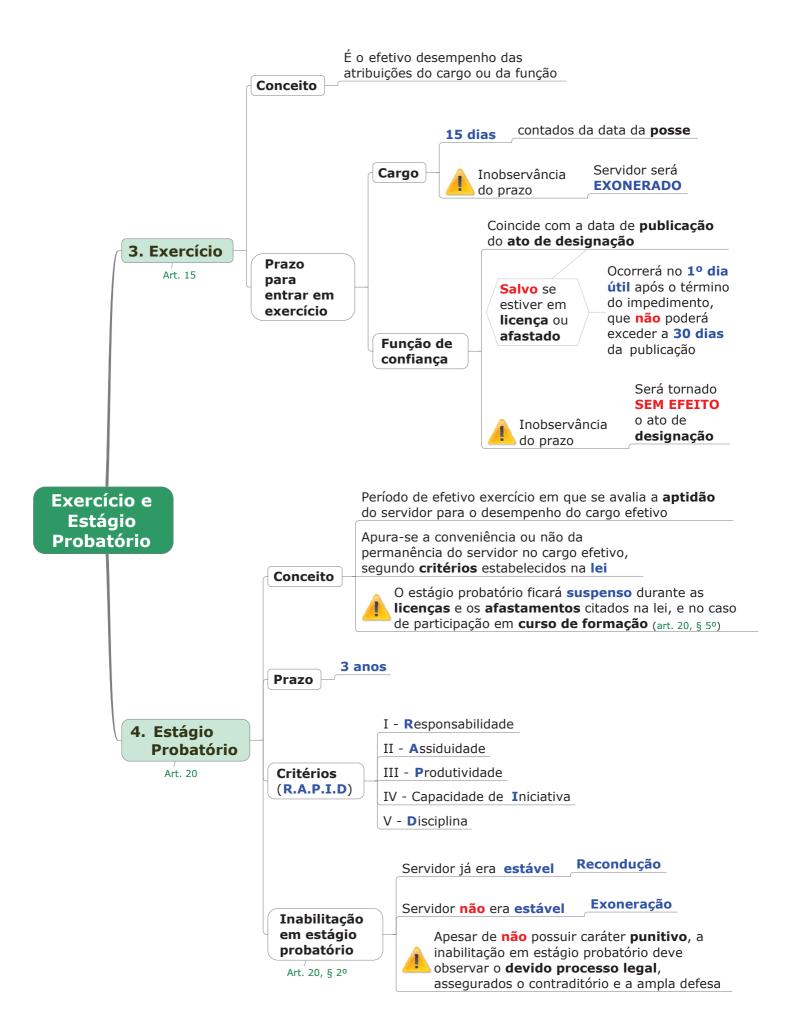


Thiago Strauss Marcelo Lei REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS) II

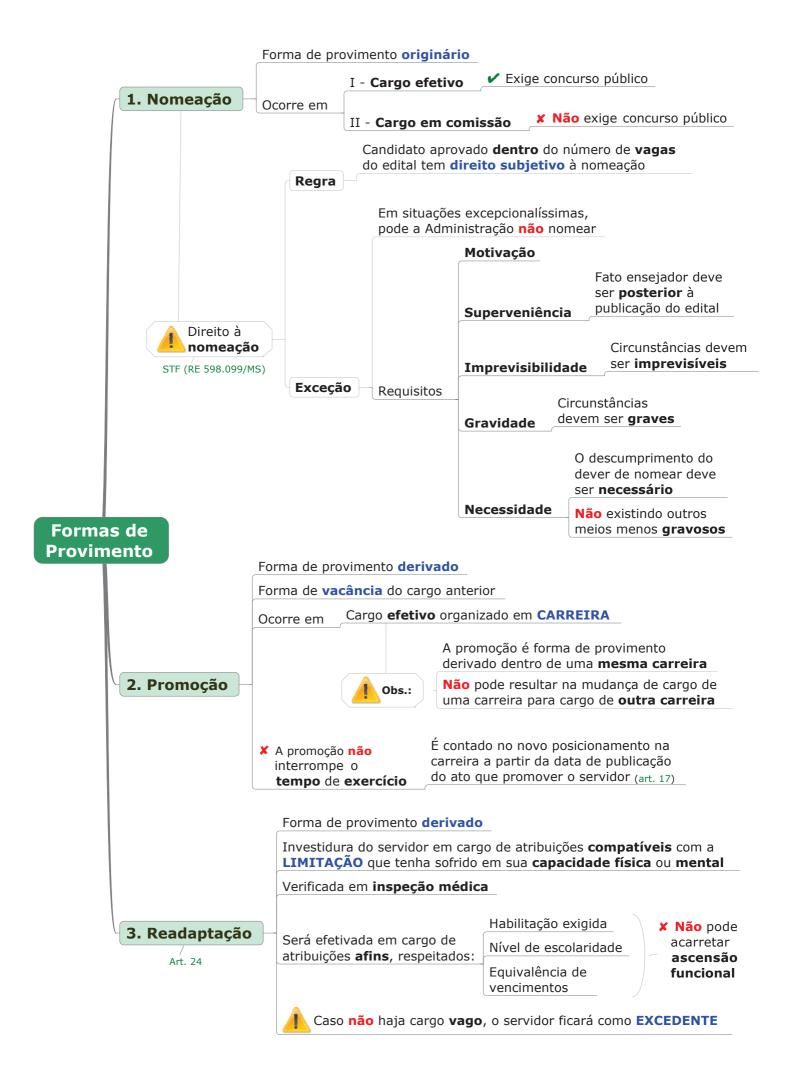


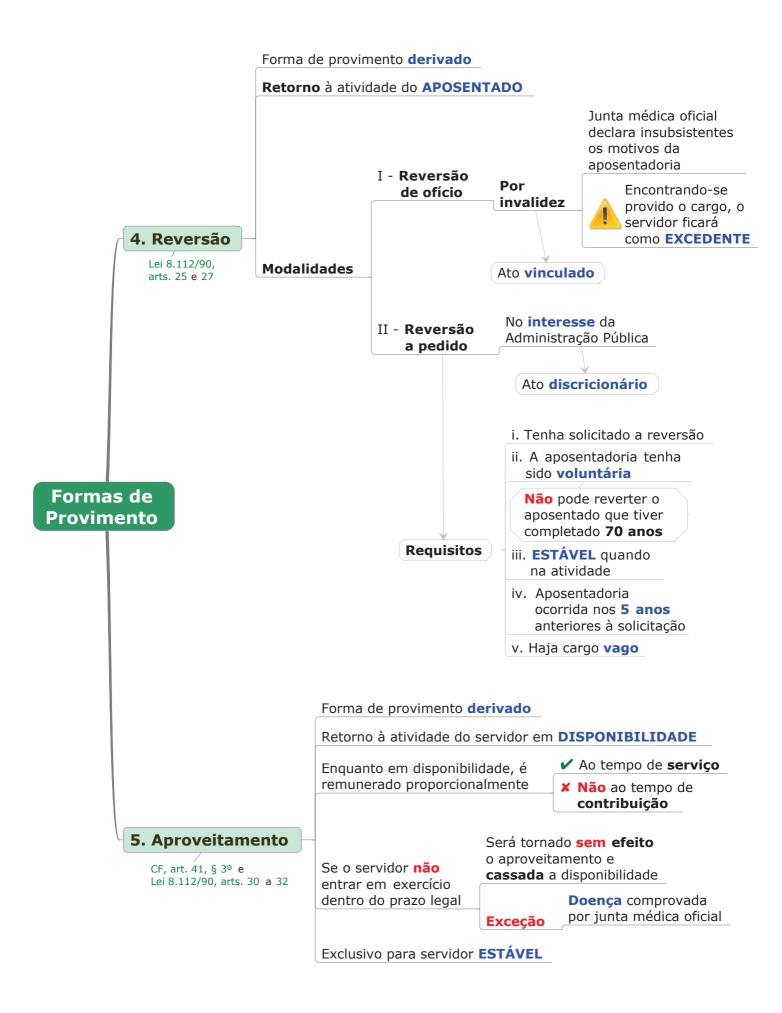
PROVIMENTO E POSSE



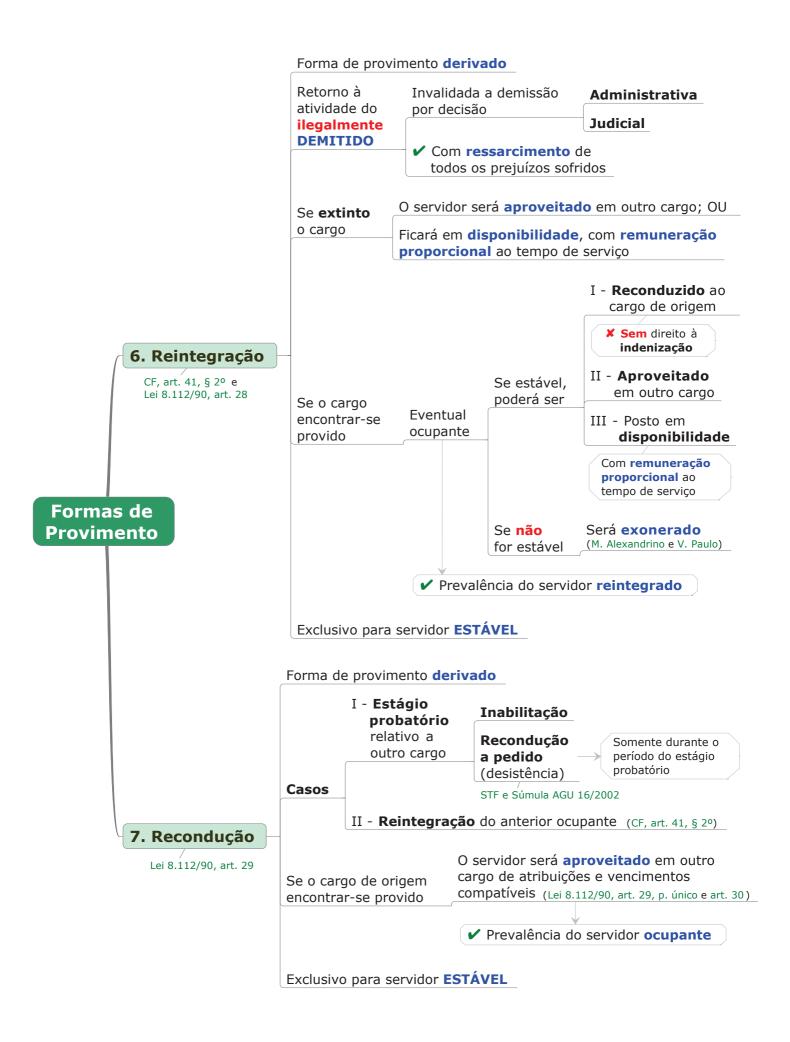


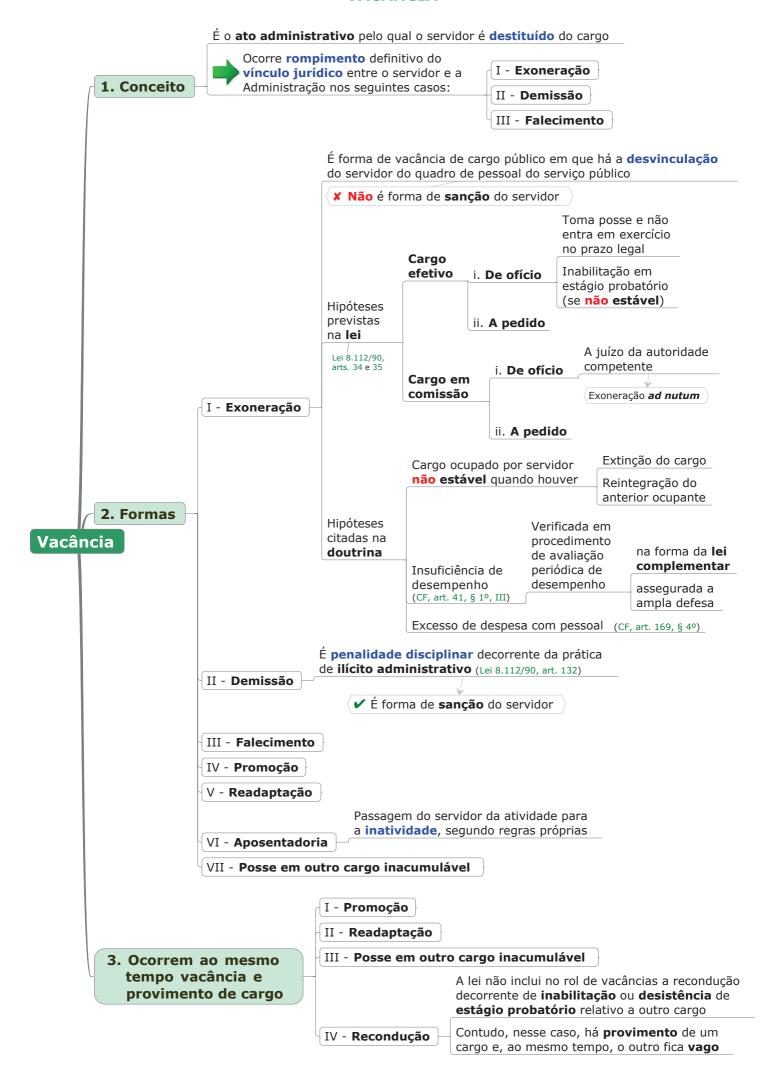
FORMAS DE PROVIMENTO I





FORMAS DE PROVIMENTO III

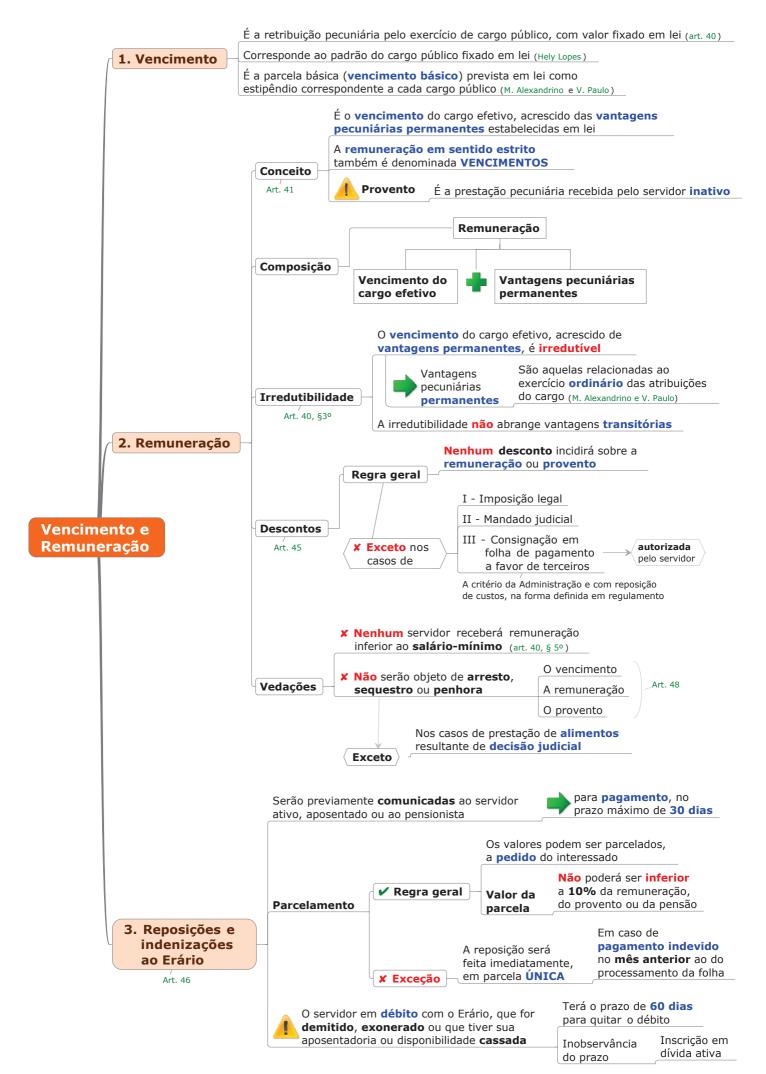




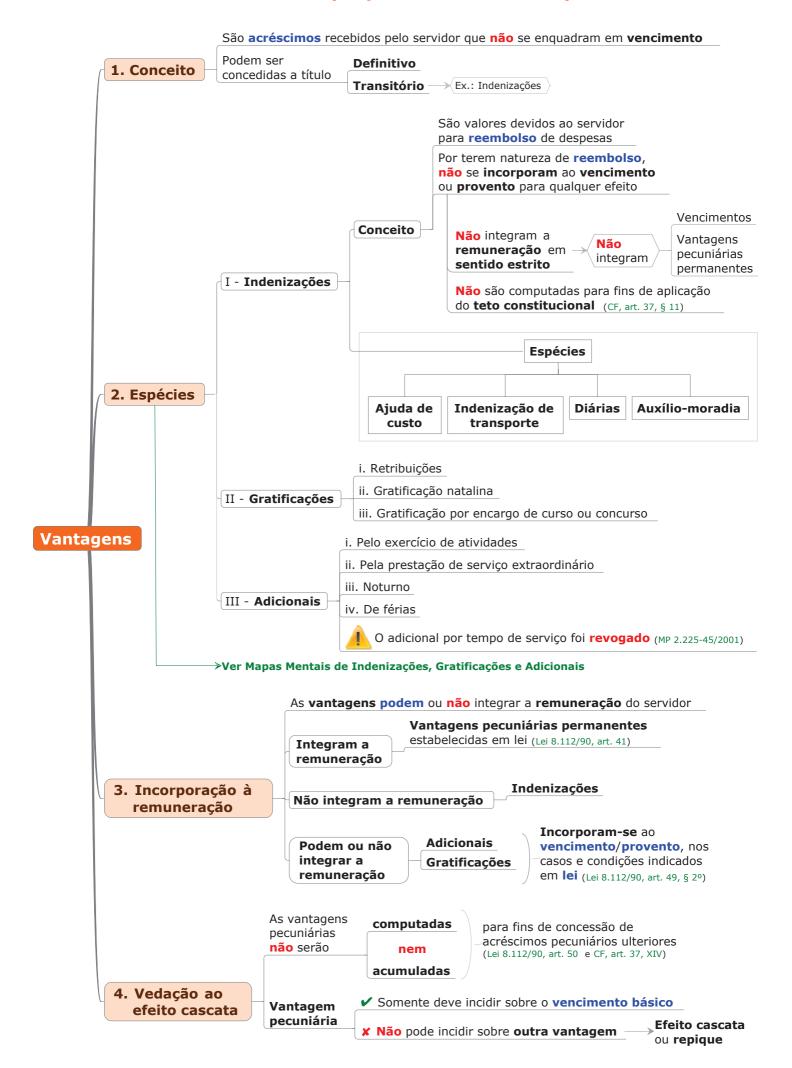
www.pontodosconcursos.com.br REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO

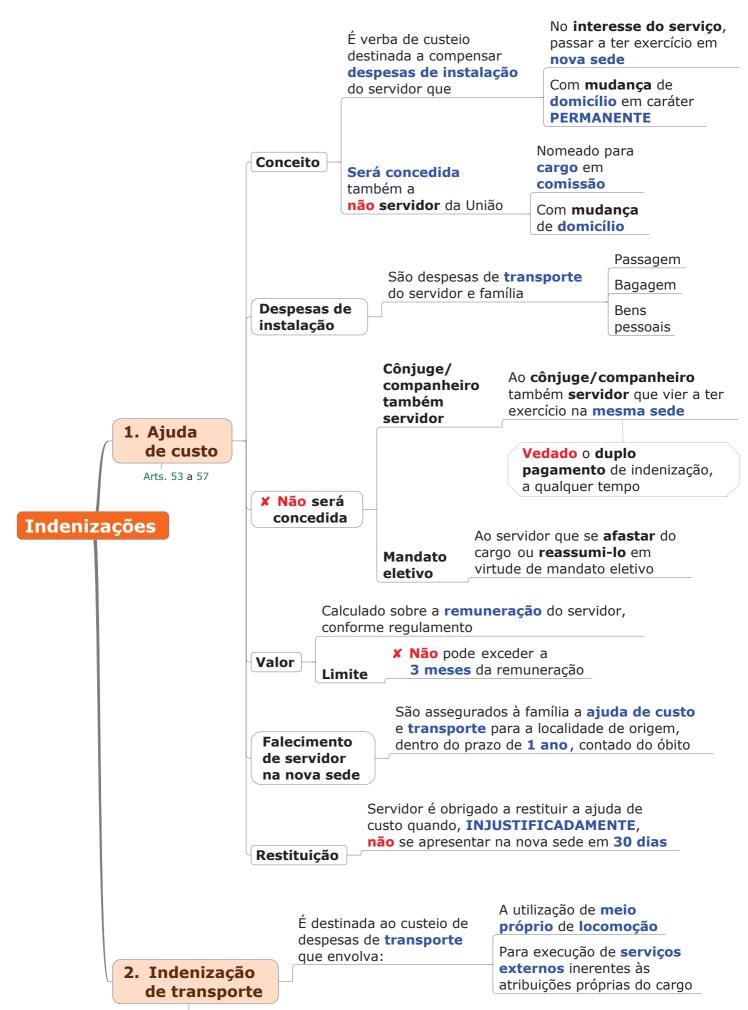
É o deslocamento do SERVIDOR para exercer suas atribuições em outra unidade do mesmo quadro de pessoal, com ou sem mudança de sede i. A critério da Administração -> Ato discricionário ii. Independentemente do I - A pedido Ato vinculado interesse da Administração também servidor público civil ou militar, de 1. Para acompanhar qualquer dos Poderes dos entes políticos, que cônjuge/ foi deslocado no interesse da Administração companheiro Condicionada à Do servidor 2. Por motivo comprovação de saúde Do cônjuge/ companheiro por junta **Formas** médica oficial Do dependente 1. Remoção Deve viver às suas Casos Art. 36 expensas e constar do seu assentamento funcional O concurso de Quando o número de remoção obedecerá a regras próprias interessados for superior 3. Por processo estabelecidas pela ao número de vagas seletivo Administração > Ato discricionário No interesse da Administração II - De ofício **Provimento** Não é forma de O servidor permanece no mesmo cargo Vacância É o deslocamento do CARGO de provimento efetivo. Somente ocorre ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, Remoção de **ofício** para outro órgão ou entidade do mesmo Poder Redistribuição Substituição A redistribuição deve ser previamente apreciada pelo órgão central do Sipec I - Interesse da Administração → Ato **discricionário** II - Equivalência de vencimentos III - Manutenção da essência das atribuições do cargo Observados os seguintes IV - Vinculação entre os graus de responsabilidade preceitos e complexidade das atividades 2. Redistribuição V - Mesmo nível de escolaridade, especialidade Art. 37 ou habilitação profissional VI - Compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade **Provimento** Não é forma de Ocorre deslocamento do cargo Vacância A substituição é o instrumento previsto na lei para prover interinamente as funções de direção, chefia e assessoramento quando o titular encontrar-se afastado ou impedido de suas atribuições I - Os servidores investidos em cargo/função de direção ou chefia Terão II - Os ocupantes de cargo de natureza especial substitutos III - Os titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria Os substitutos são indicados 3. Substituição no regimento interno I - Automática Arts. 38 e 39 **Modalidades** Os substitutos são previamente designados de substituição pelo **dirigente máximo** do órgão ou entidade I - Por designação Ocorre nos casos de omissão

do regimento interno

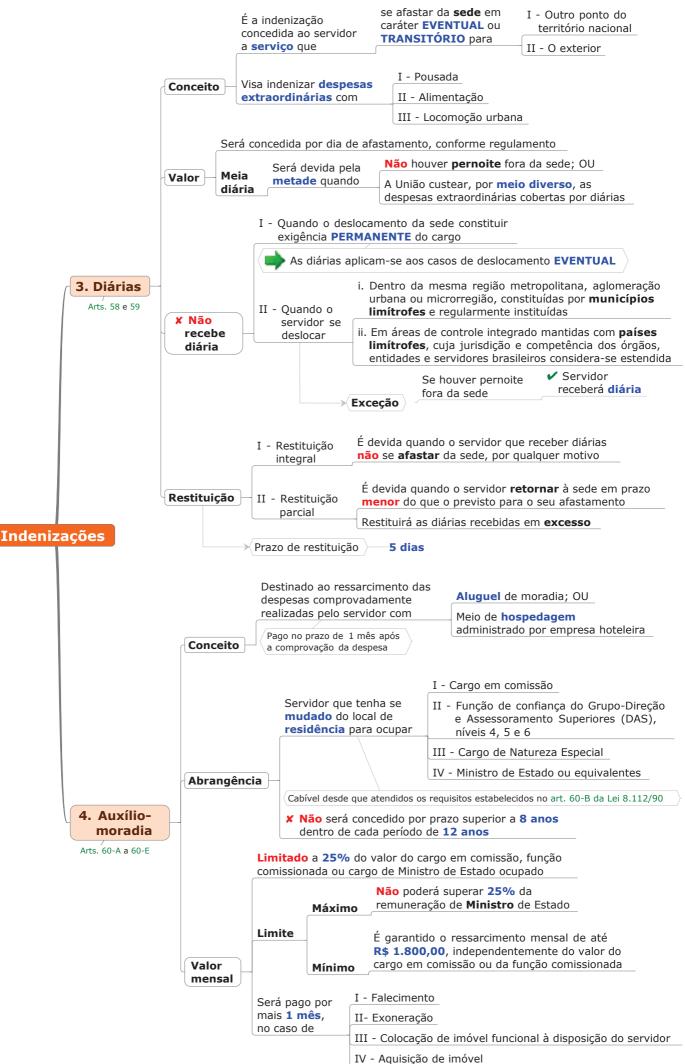


vantagens (Noções Introdutórias)

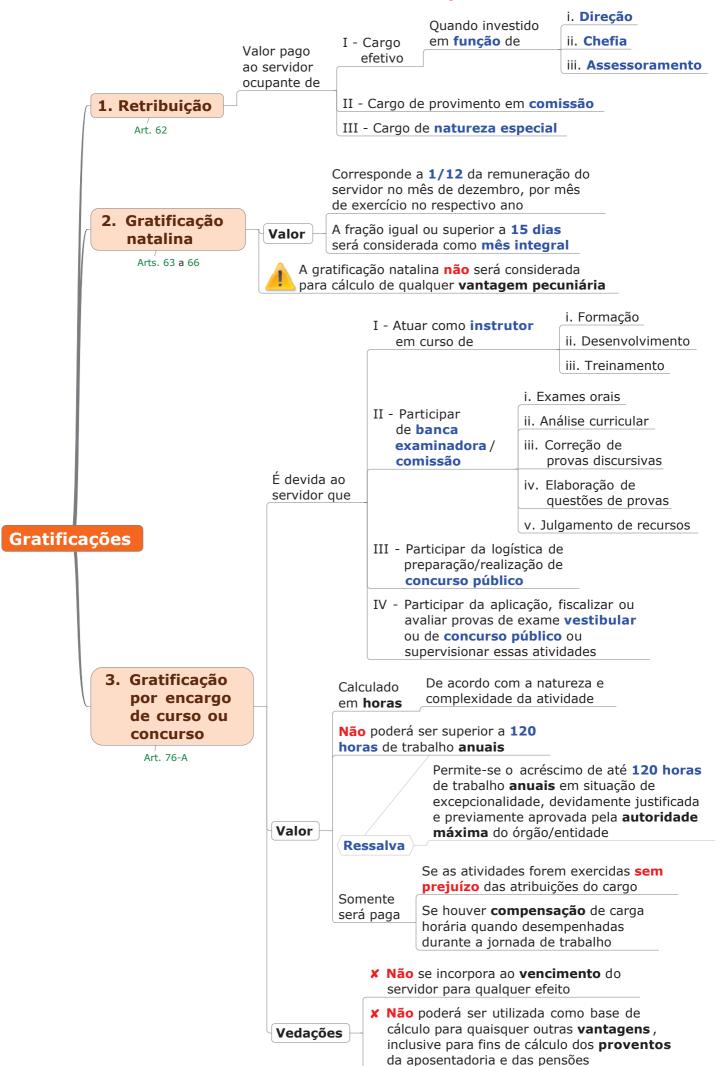


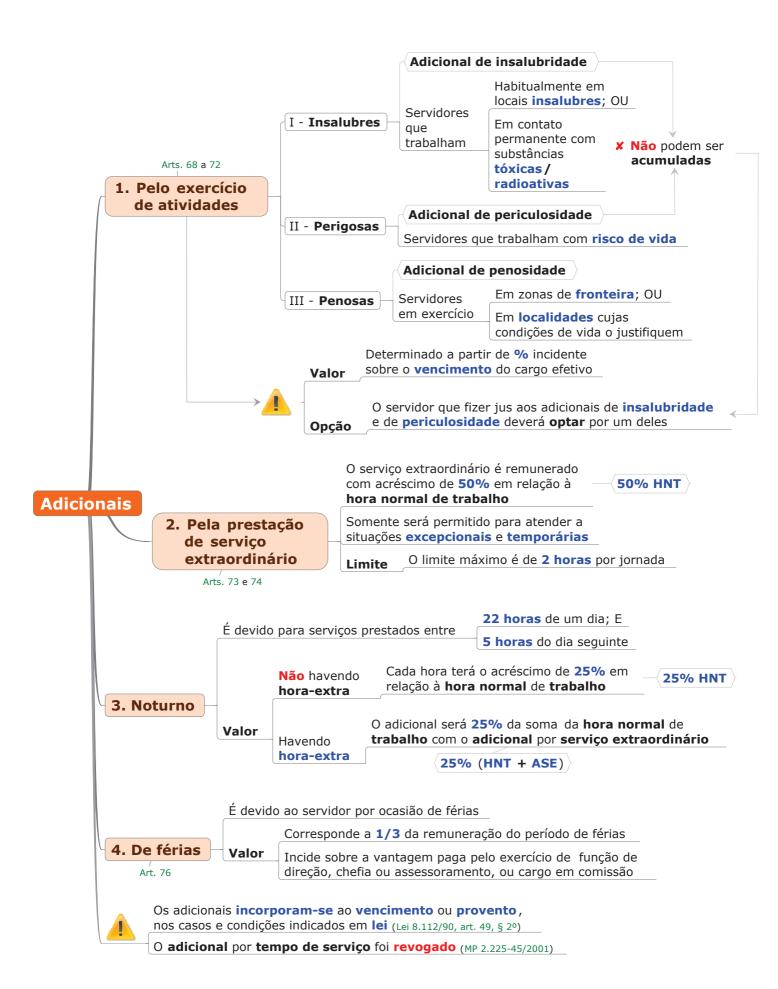


VANTAGENS - INDENIZAÇÕES II

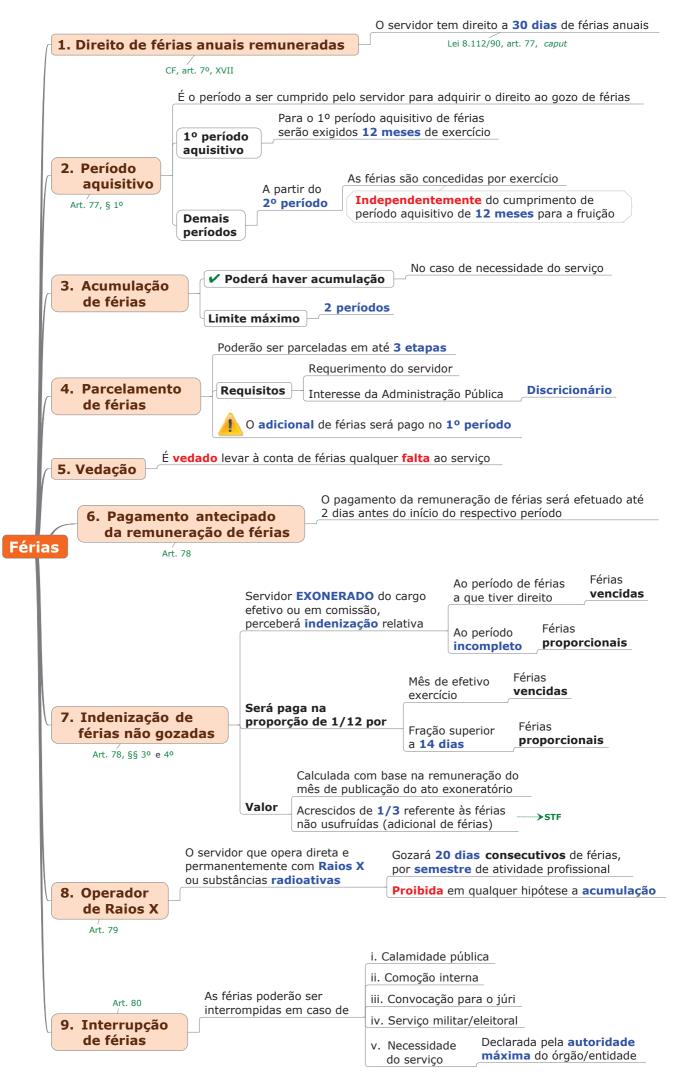


www.pontodosconcursos.com.br VANTAGENS - GRATIFICAÇÕES

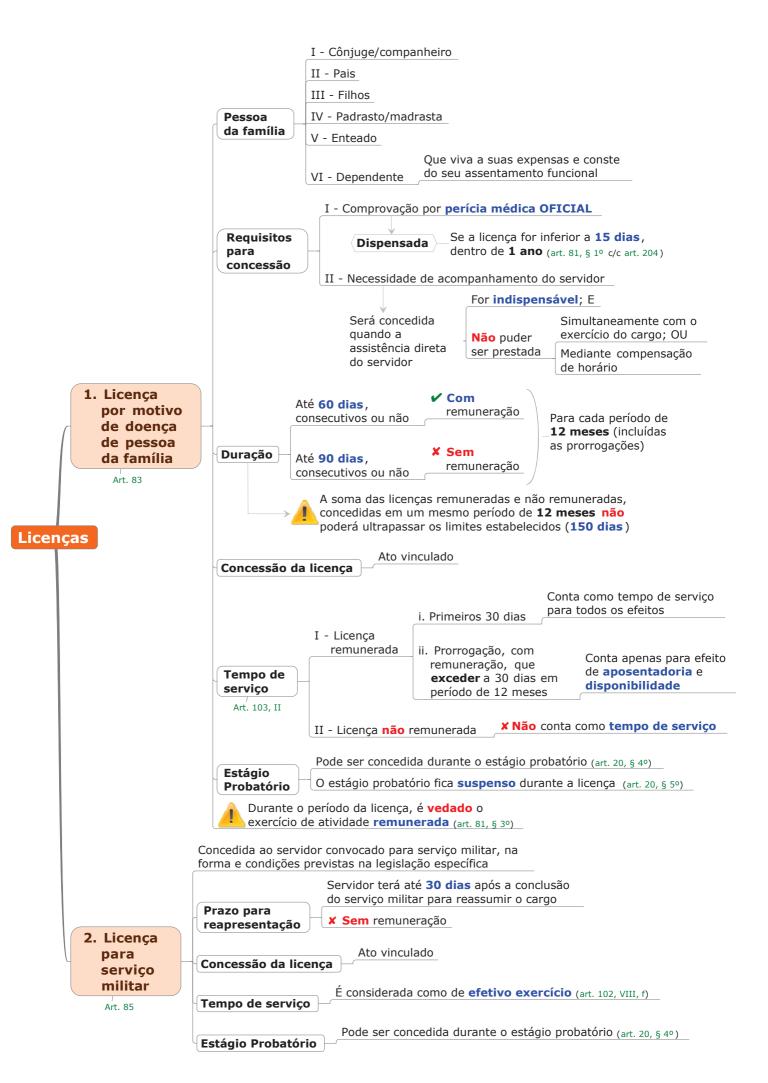




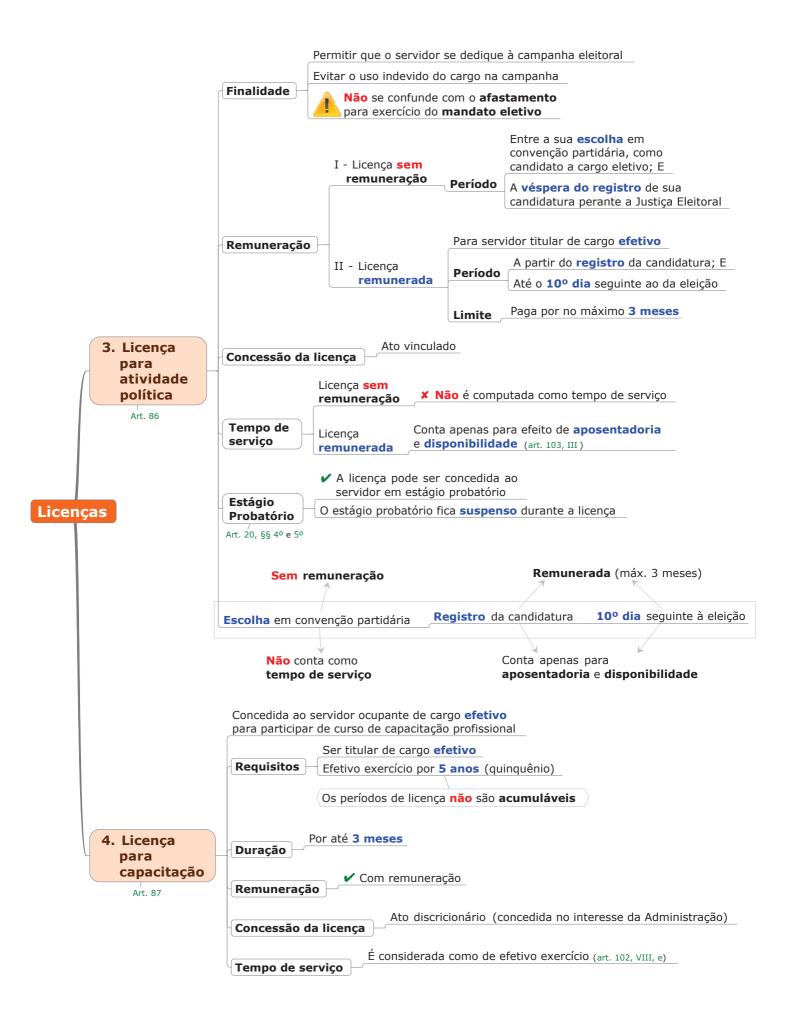
www.pontodosconcursos.com.br DIREITOS E VANTAGENS - FÉRIAS



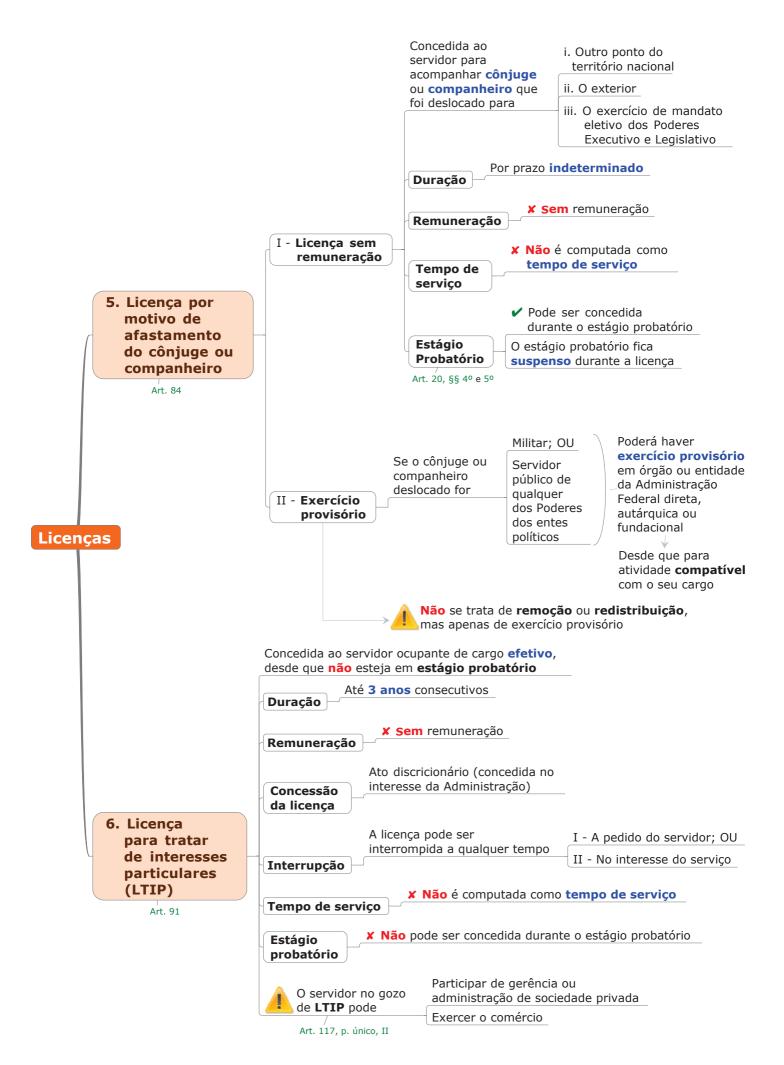
DIREITOS E VANTAGENS - LICENÇAS I



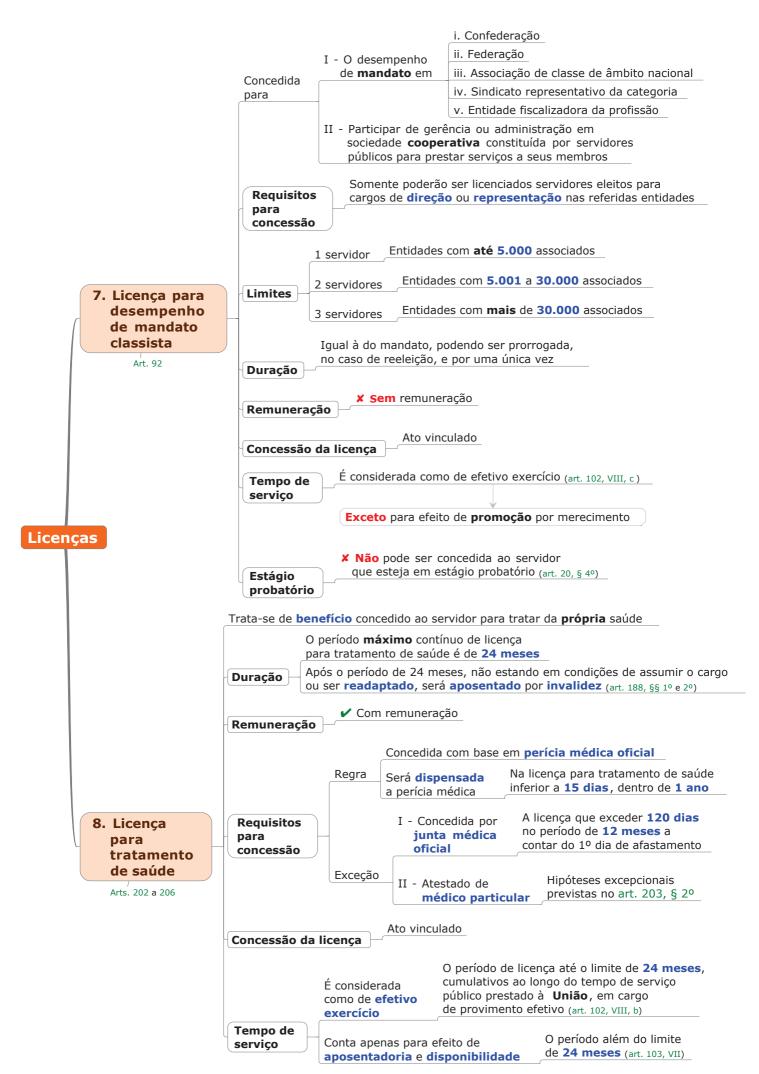
DIREITOS E VANTAGENS - LICENÇAS II



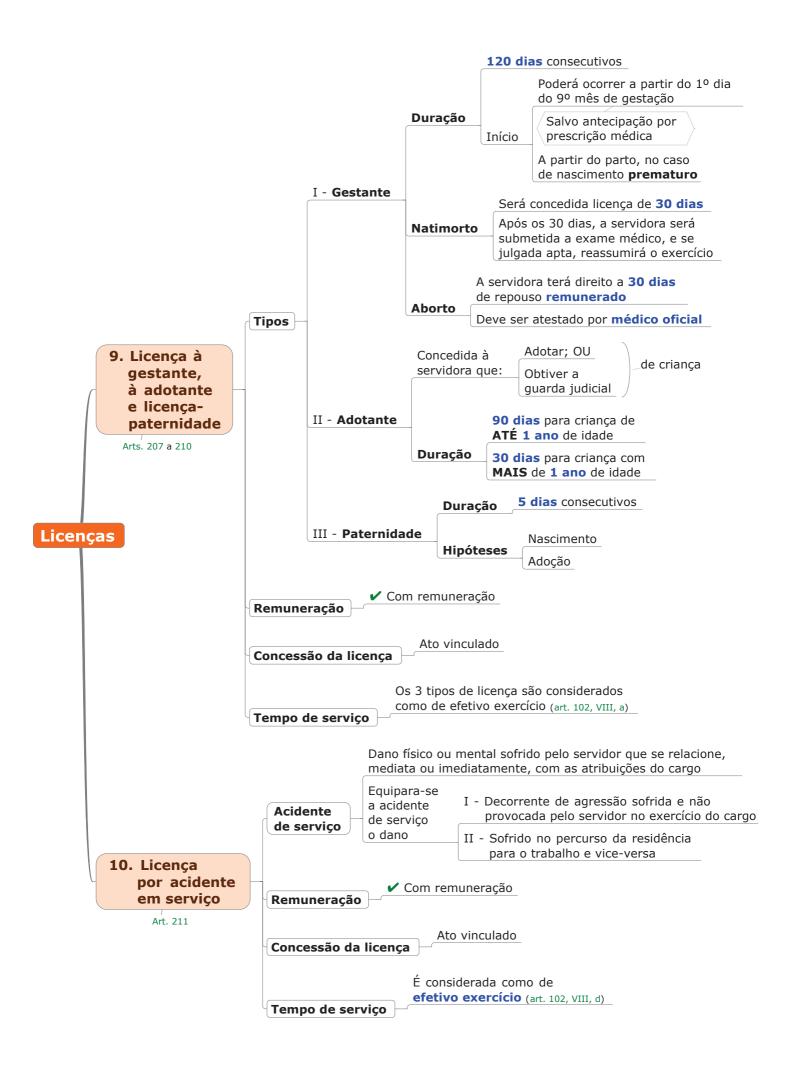
DIREITOS E VANTAGENS - LICENÇAS III



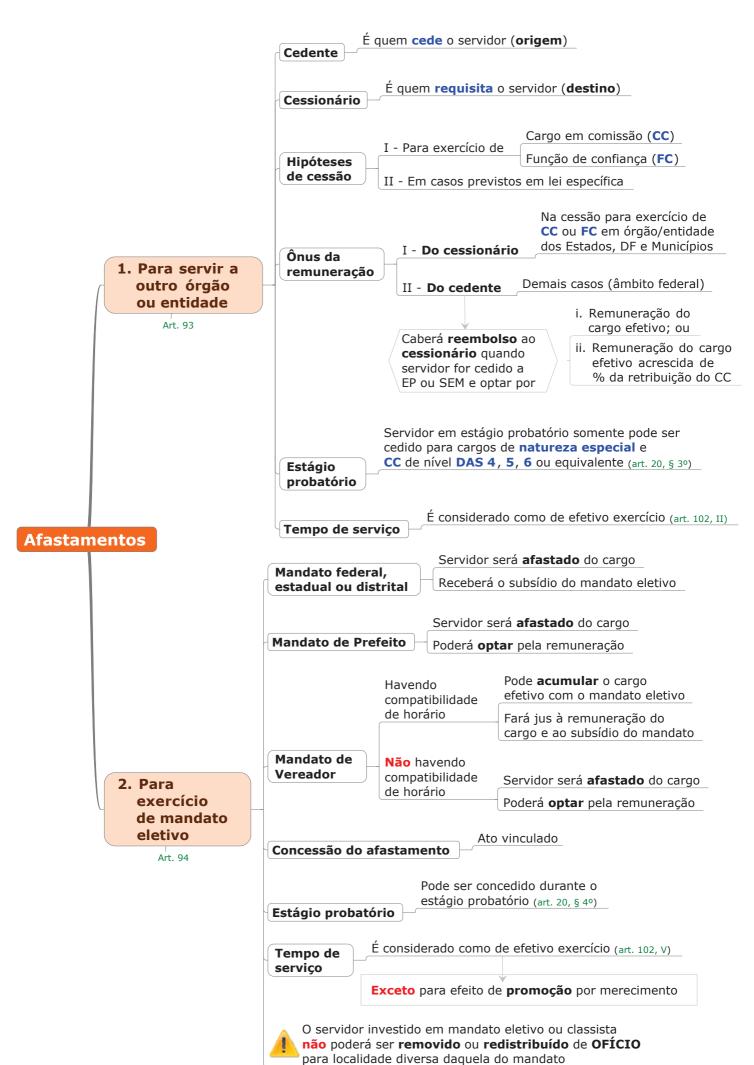
DIREITOS E VANTAGENS - LICENÇAS IV

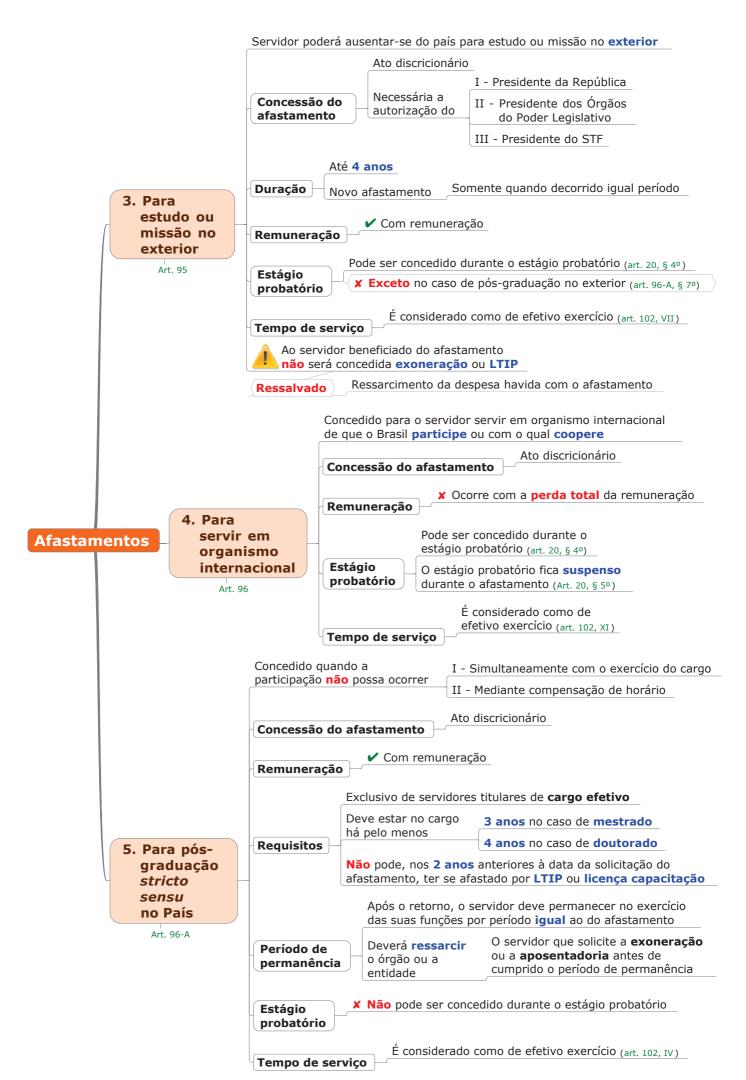


DIREITOS E VANTAGENS - LICENÇAS V

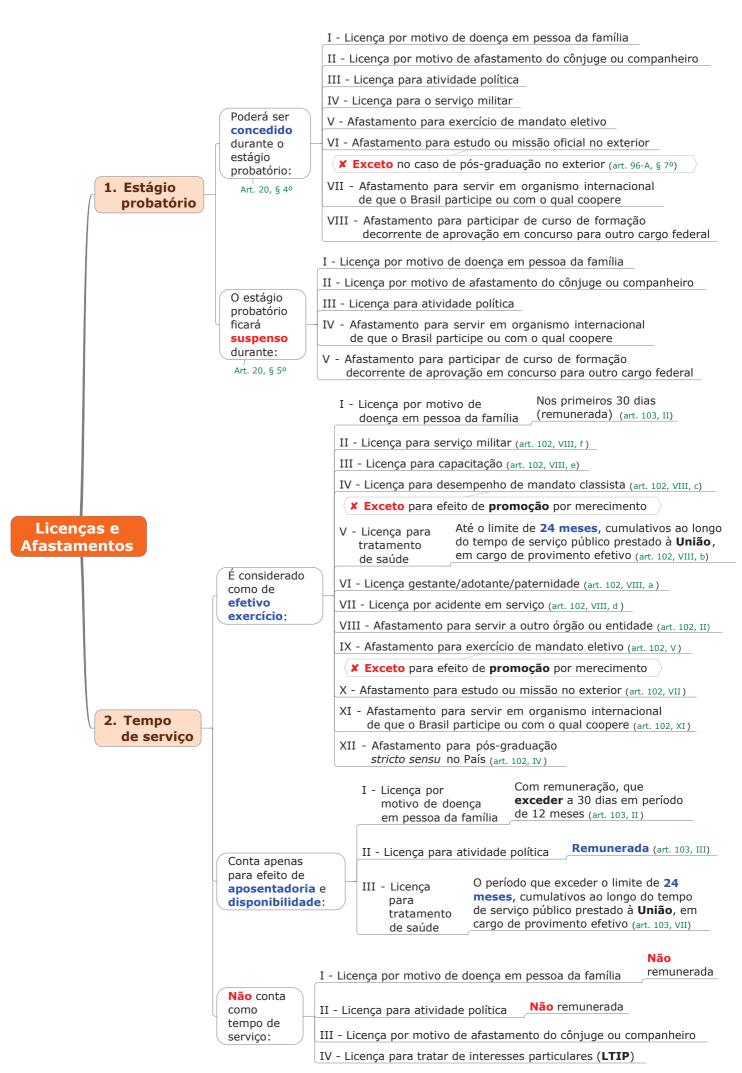


DIREITOS E VANTAGENS - AFASTAMENTOS I

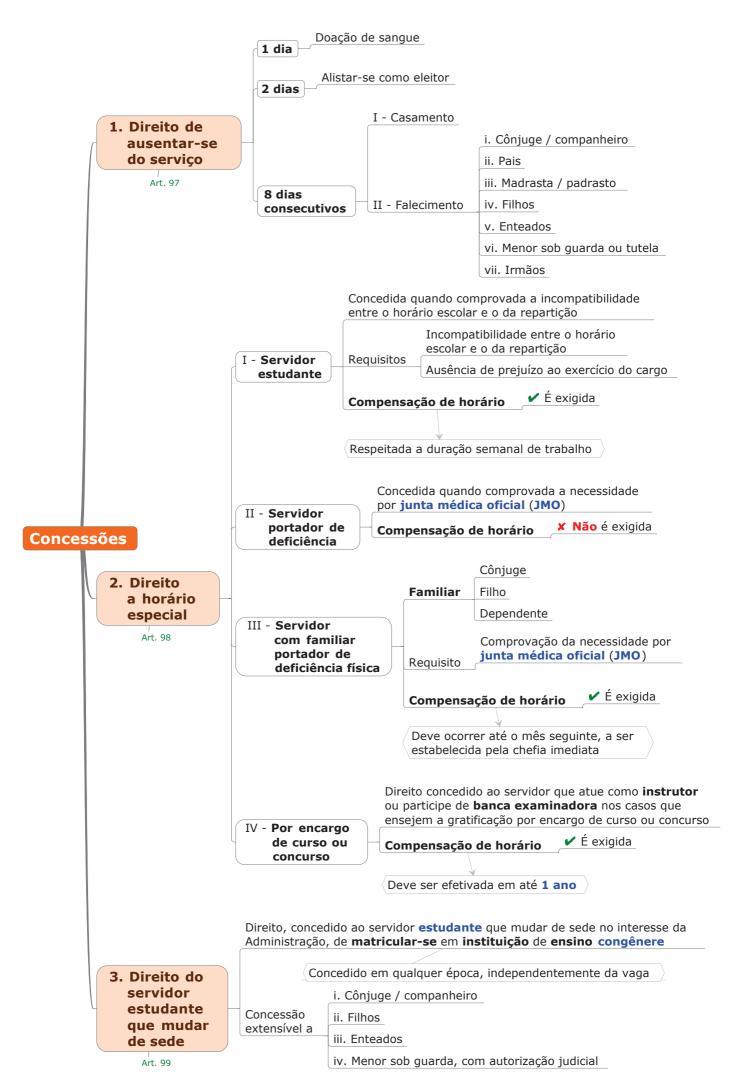




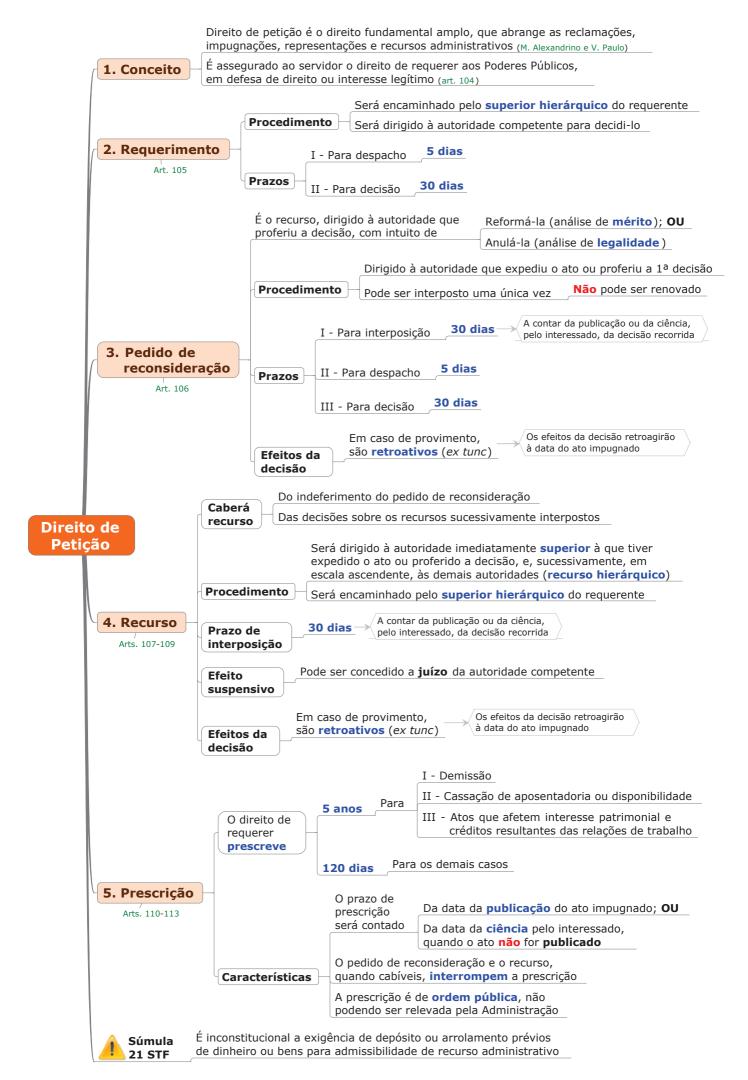
Marcelo Leit**L**ICENÇAS E AFASTAMENTOS - ESTÁGIO PROBATÓRIO E TEMPO DE SERVIÇO



DIREITOS E VANTAGENS - CONCESSÕES



DIREITOS E VANTAGENS - DIREITO DE PETIÇÃO



Lei 8.112/90, art. 116

I - Exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo II - Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público i. Ao público em geral, prestando 1. Relativos as informações requeridas à eficiência Ressalvadas as protegidas por sigilo III - Atender com ii. À expedição de certidões requeridas presteza: para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal iii. As requisições para a defesa da Fazenda Pública IV - Ser assíduo e pontual ao serviço I - Observar as normas legais e regulamentares II - Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita 2. Relativos de envolvimento desta, ao conhecimento de Deveres à legalidade outra autoridade competente para apuração III - Representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder É encaminhada pela via hierárquica Será apreciada pela Representação autoridade superior àquela contra a qual é formulada I - Manter conduta compatível com a moralidade administrativa 3. Relativos II - Ser leal às instituições a que servir à moralidade III - Tratar com urbanidade as pessoas Cumprir as ordens superiores 4. Relativos à hierarquia Exceto quando manifestamente ilegais

5. Relativos ao sigilo

Guardar sigilo sobre assunto da repartição

www.pontodosconcursos.com.br REGIME DISCIPLINAR - PROIBIÇÕES I

Lei 8.112/90, art. 117



REGIME DISCIPLINAR - PROIBIÇÕES II

Lei 8.112/90, art. 117

IX - Valer-se do cargo para lograr **proveito pessoal** ou de **outrem**, em detrimento da dignidade da função pública

Incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de **5 anos** (art. 137)

Demissão (art. 132)

Demissão (art. 132) Participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não X - Vedação i. Acionista quanto a: Exceto na ii. Cotista Exercer o qualidade de comércio iii. Comanditário i. Participação nos **conselhos** de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a **União** detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ii. Participação em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros A vedação **∍não** se iii. Gozo de licença para o trato de interesses aplica em particulares (LTIP), observada a legislação sobre conflito de interesses

Proibições

XI - Atuar, como **procurador** ou **intermediário**, junto a repartições públicas Demissão (art. 132)

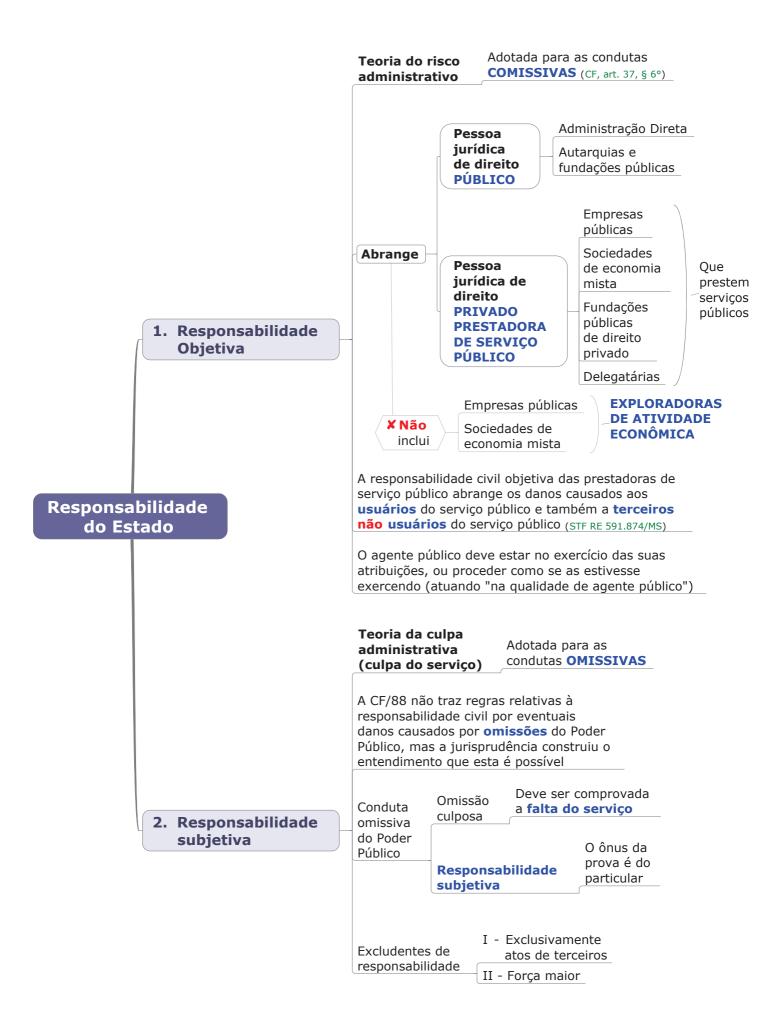
Incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de **5 anos** (art. 137)

Salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de

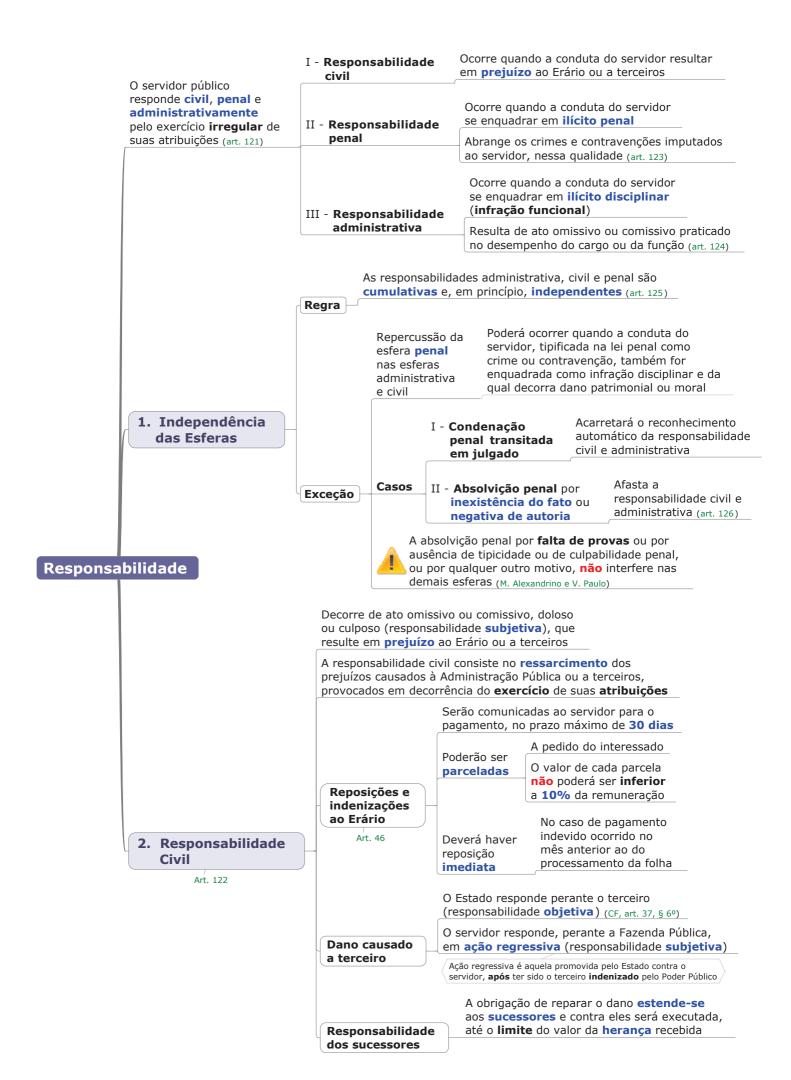
- i. Parentes até o **2º** grau
- ii. Cônjuge
- iii. Companheiro
- XII Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições
- XIII Aceitar comissão, emprego ou pensão de **estado estrangeiro**Demissão (art. 132)
- XIV Praticar **usura** sob qualquer de suas formas **Demissão** (art. 132)
- XV Proceder de forma **desidiosa** Demissão (art. 132)
- XVI Utilizar **pessoal** ou **recursos materiais** da repartição em

 serviços ou atividades **particulares**Demissão (art. 132)

REGIME DISCIPLINAR - RESPONSABILIDADE DO ESTADO

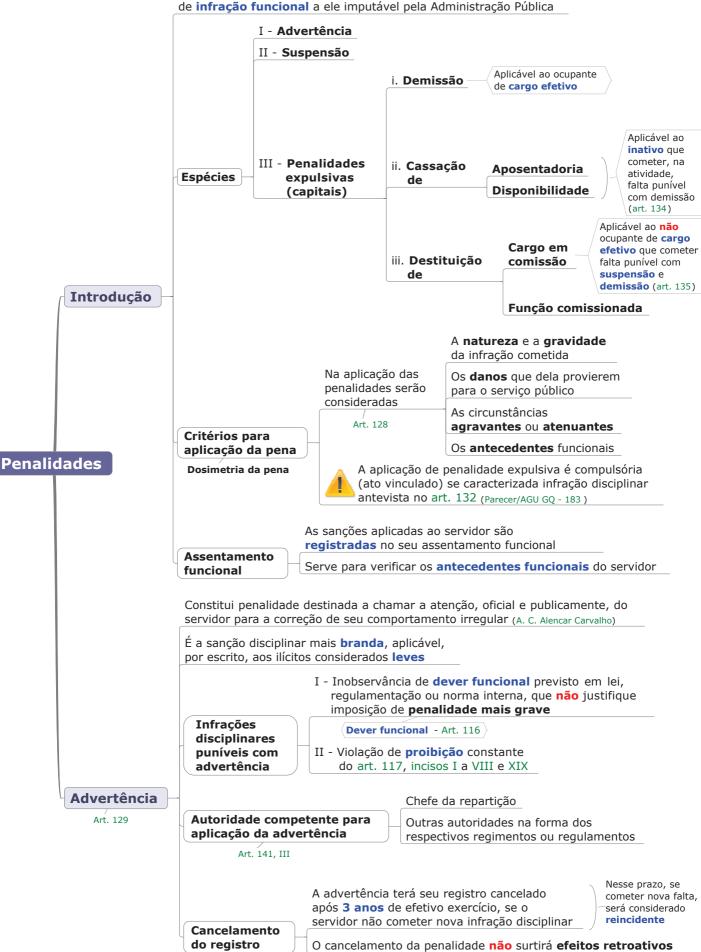


REGIME DISCIPLINAR - RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR



REGIME DISCIPLINAR - PENALIDADES I

Sanção disciplinar é a consequência jurídica desfavorável, prevista em lei e imposta ao servidor público estatutário, após a observância do devido processo legal, em razão do cometimento de infração funcional a ele imputável pela Administração Pública



REGIME DISCIPLINAR - PENALIDADES II

Suspensão é a sanção disciplinar na qual se proíbe o servidor de exercer suas funções por até **90 dias**, com a perda da remuneração pelos dias respectivos

A suspensão poderá ser **convertida** em **multa**, em **50%** por dia de **vencimento** ou **remuneração**, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço discricionário

I - Suspensão

de ATÉ

30 dias

Art. 141, III

I - Reincidência das faltas punidas com advertência

II - Recusa, injustificada, a se submeter a inspeção médica Suspensão de até **15 dias**

Conforme o

órgão ou a

entidade a

encontrar

servidor

vinculado o

que se

Infrações disciplinares puníveis com

suspensão

O cumprimento da determinação cessa os efeitos da penalidade

III - Cometer a outro **SERVIDOR** atribuições estranhas ao cargo que ocupa

Exceto em situações de emergência e transitórias

IV - Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho

Autoridade competente para aplicação da suspensão Chefe da repartição

Outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos

II - Suspensão **SUPERIOR** a **30 dias** (art. 141, II)

Suspensão Art. 130

Penalidades

Autoridades

Autoridades

Autoridades

Autoridades

administrativas de **hierarquia** imediatamente **inferior** a das Casas do Poder Legislativo

Presidente

Presidentes dos Tribunais Federais

Procurador-Geral da República

A suspensão terá seu registro cancelado após **5 anos** de efetivo exercício, se o servidor não cometer nova infração disciplinar

Nesse prazo, se cometer nova falta, será considerado reincidente

Cancelamento do registro

O cancelamento da penalidade **não** surtirá **efeitos retroativos**

Art. 131

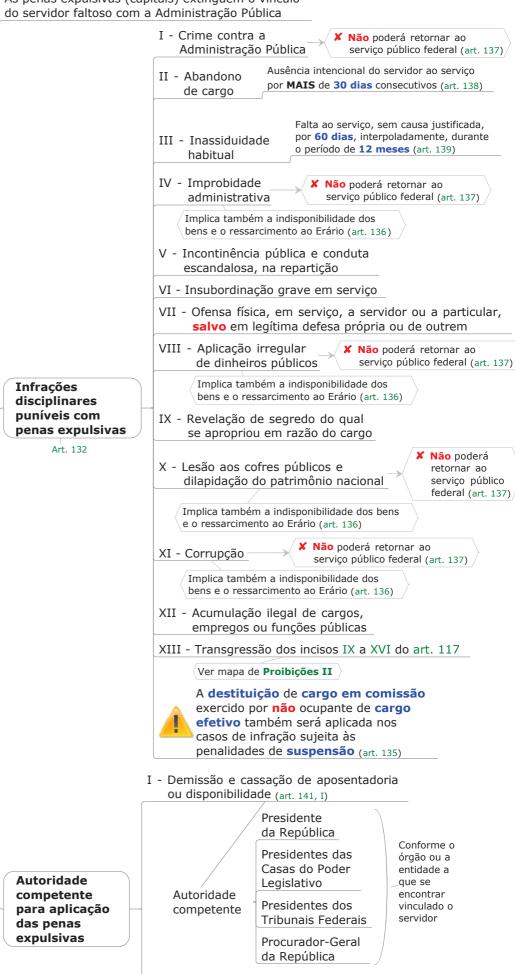
Penalidades

expulsivas

Penalidades

REGIME DISCIPLINAR - PENALIDADES III

As penas expulsivas (capitais) extinguem o vínculo

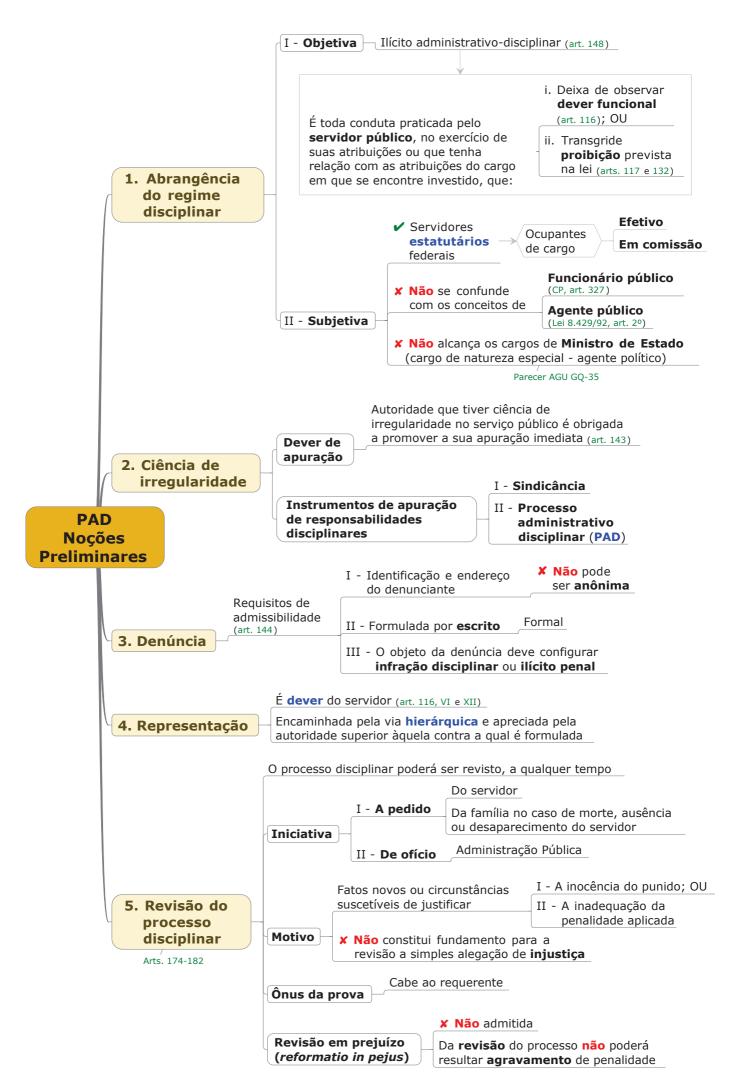


Autoridade que

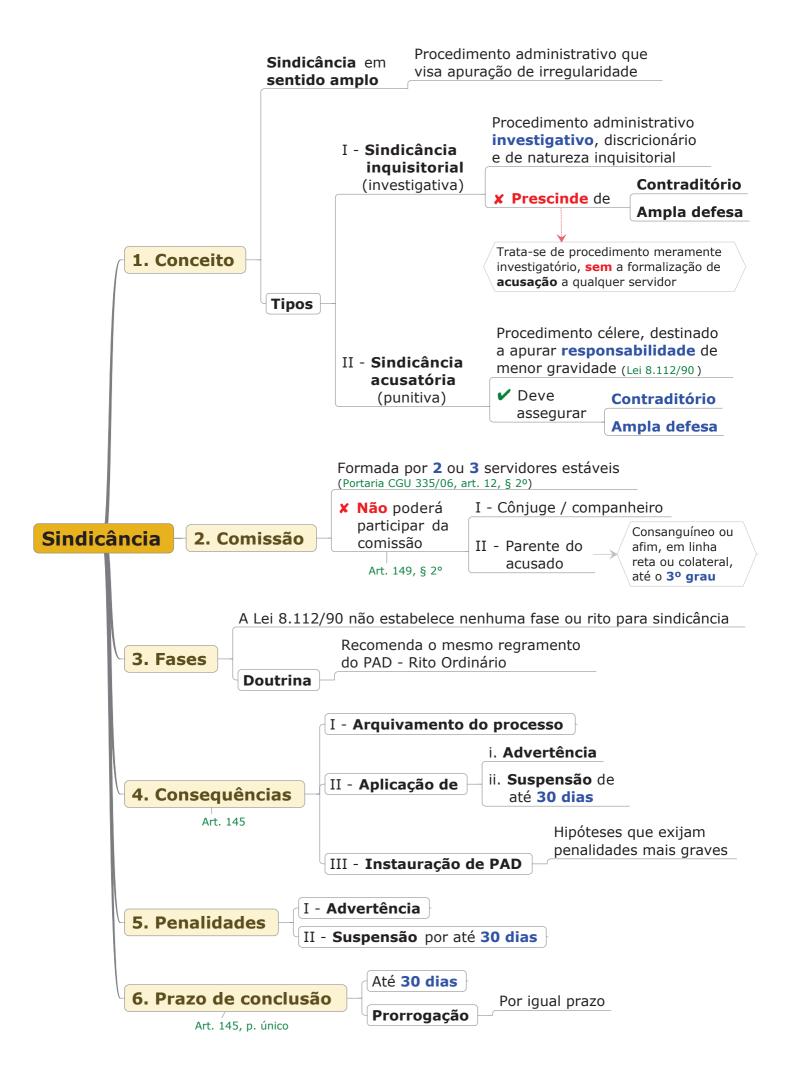
nomeou (art. 141, IV)

II - Destituição de

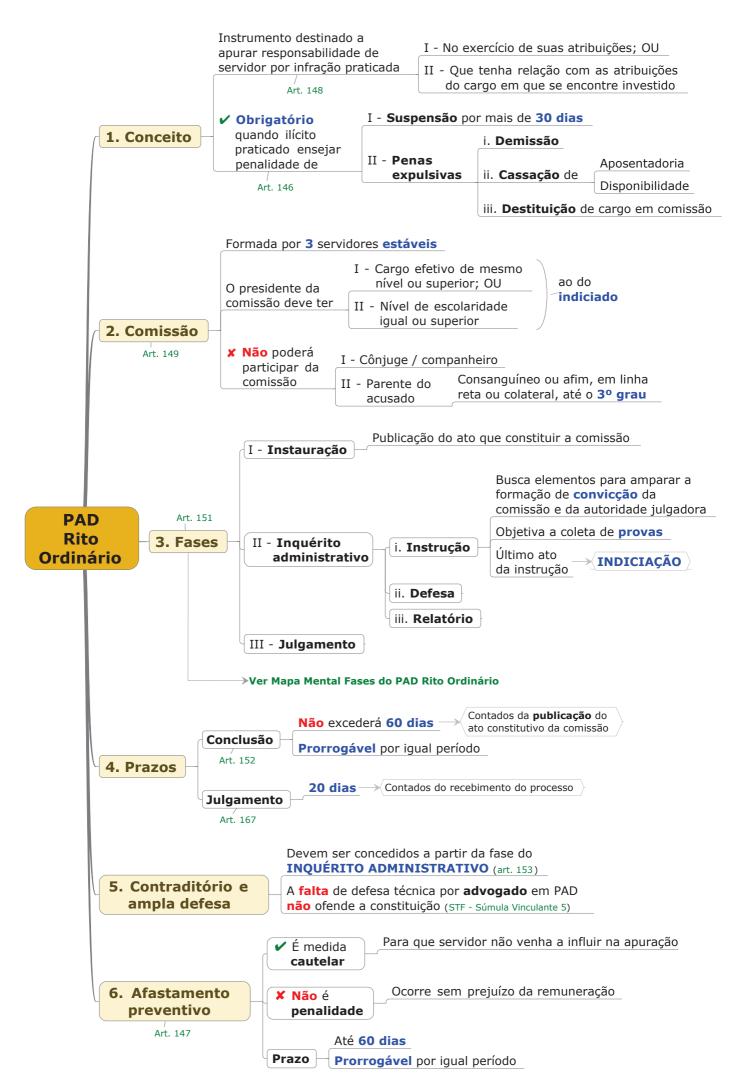
cargo em comissão



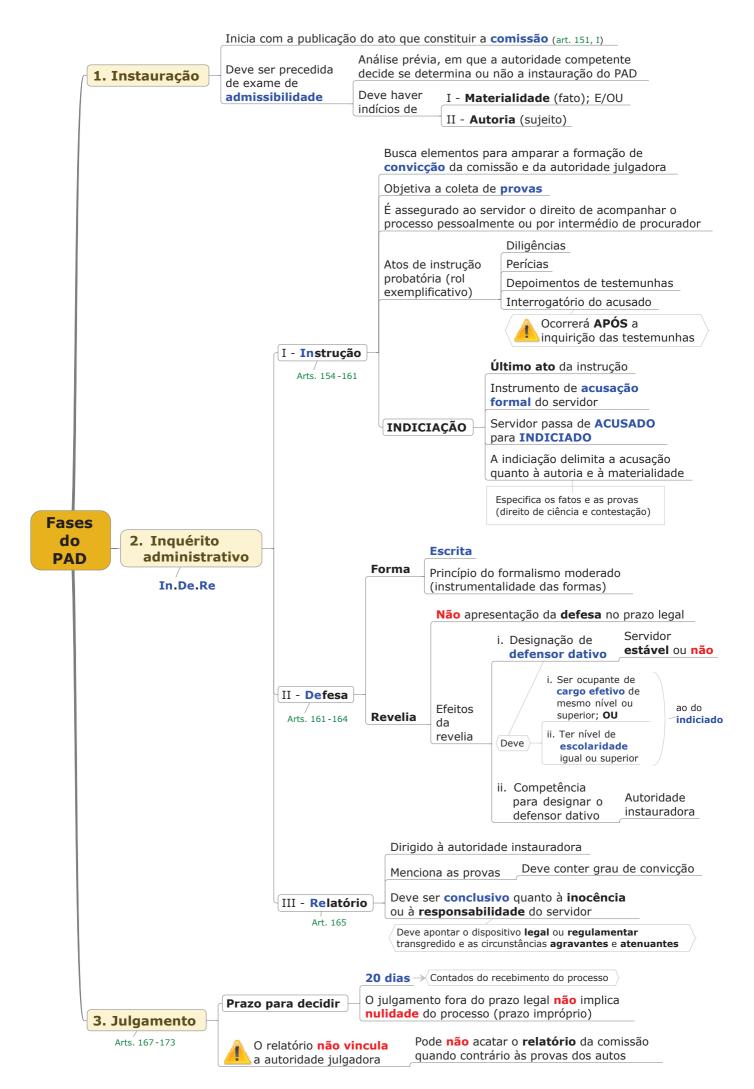
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - SINDICÂNCIA



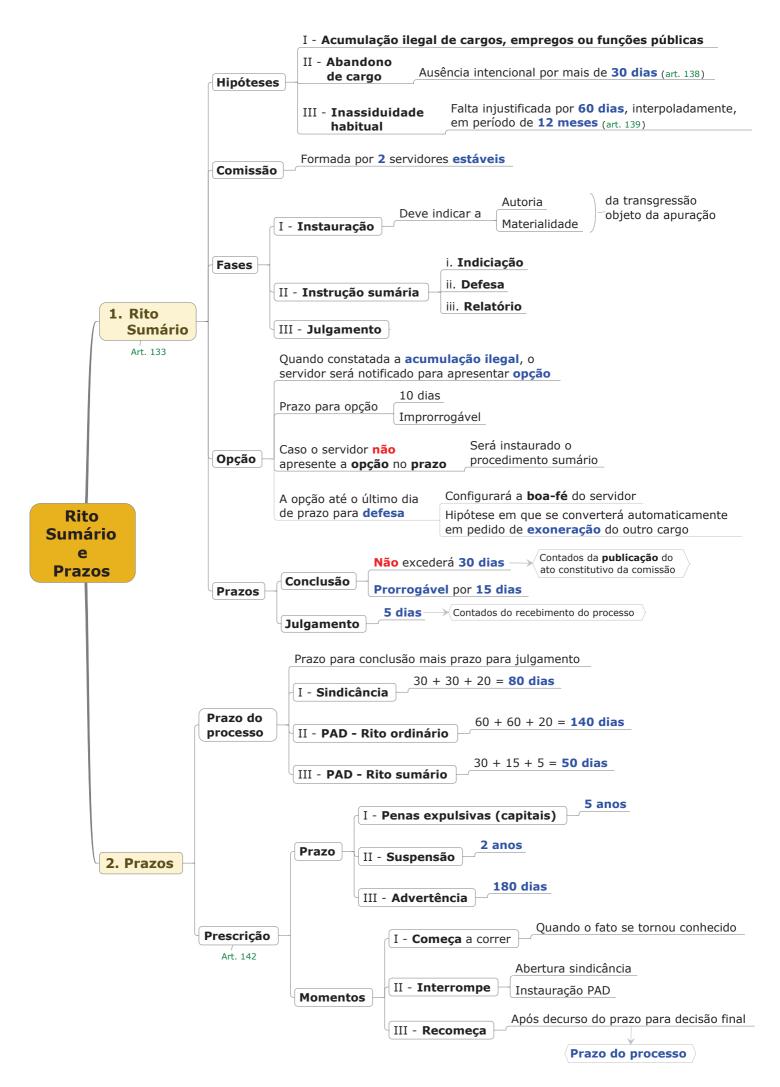
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - RITO ORDINÁRIO



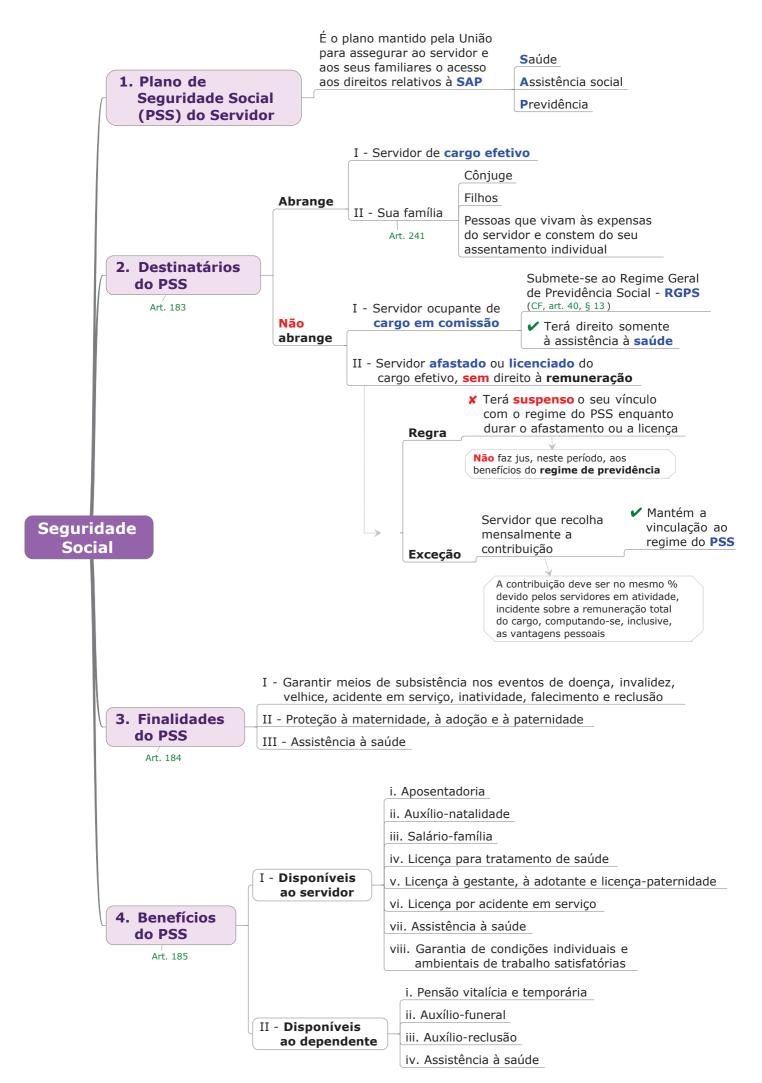
www.pontodosconcursos.com.br FASES DO PAD RITO ORDINÁRIO



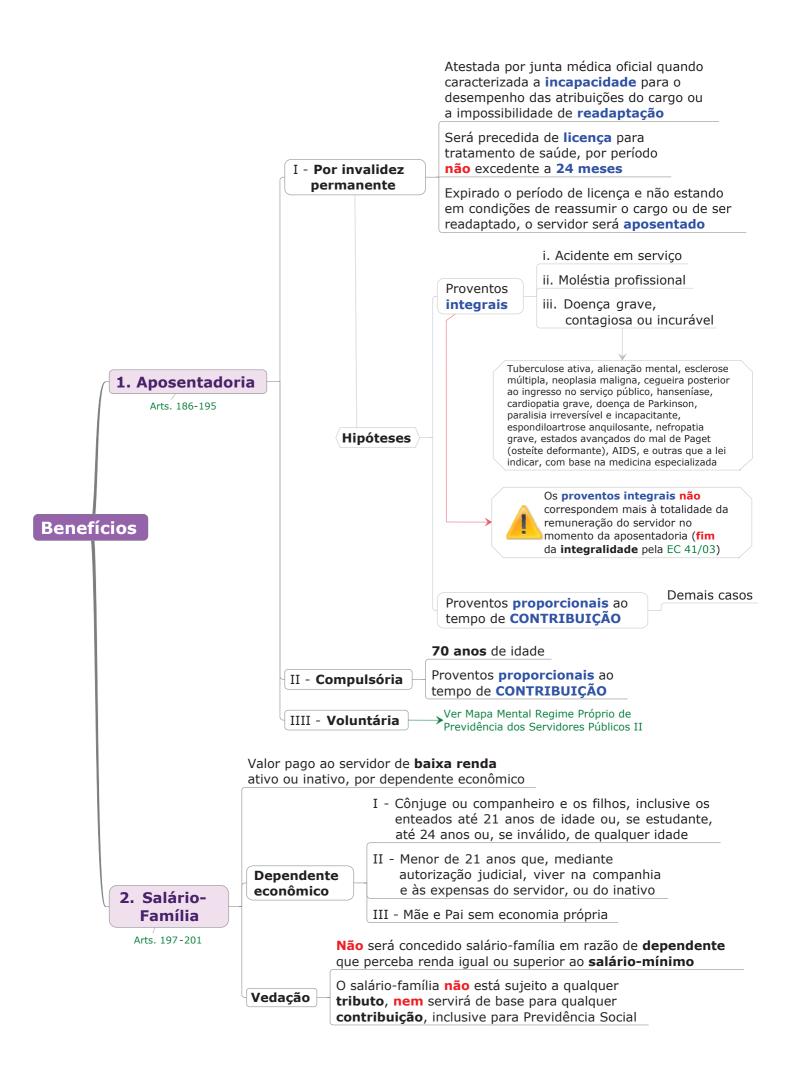
PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR - RITO SUMÁRIO E PRAZOS



DISPOSIÇÕES GERAIS DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR



SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - BENEFÍCIOS I

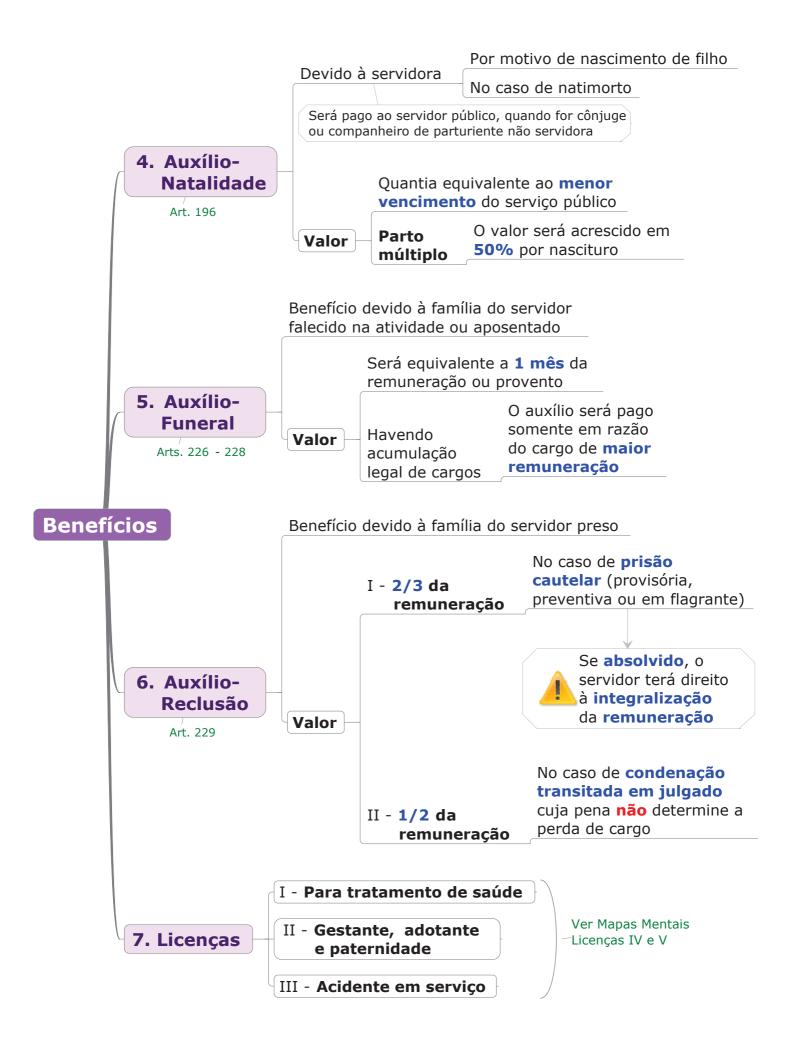


SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - BENEFÍCIOS II

Benefício concedido, por morte do servidor, aos dependentes que fizerem jus (arts. 215-225) Corresponde à totalidade da remuneração do servidor falecido (se era ativo), ou dos seus proventos (se já era aposentado), até o teto do RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a este limite (CF, art. 40, § 7º) **Valor** Somente se extingue ou reverte com a morte dos beneficiários Caráter definitivo - será devida enquanto o titular do benefício for vivo a) Cônjuge b) Companheiro ou companheira Desde que comprovem dependência I - Vitalícia c) Mãe e pai econômica do servidor Beneficiários d) Maior de 60 anos e Desde que **designados** no assentamento portador de deficiência Desde que **designados** no assentamento funcional do servidor como **dependentes** e) Pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia A concessão de pensão vitalícia aos beneficiários das alíneas "a" e "b" exclui desse direito os beneficiários das alíneas "c" e "d" Morte Há extinção ou do beneficiário Cessação de invalidez reversão em caso de Maioridade Caráter transitório - será devida enquanto perdurar a situação jurídica Até 21 anos de idade, ou, se inválidos, a) Filhos, ou enteados enquanto durar a invalidez **Tipos** II - Temporária c) Irmão órfão (até 21 anos), Desde que comprovem **Benefícios Beneficiários** e irmão inválido (enquanto →dependência econômica 3. Pensão do servidor durar a invalidez) d) Pessoa designada como Até 21 anos, ou, se ⇒inválida, enguanto dependente no assento durar a invalidez funcional do servidor A concessão de pensão temporária aos beneficiários das alíneas "a" e "b" exclui desse direito os demais beneficiários das alíneas "c" e "d" Concedida por morte **presumida** do servidor i. Declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente ii. Desaparecimento em desabamento, inundação, Casos incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço iii. **Desaparecimento** no desempenho das III - Provisória atribuições do cargo ou em missão de segurança Transformação da Ocorre quando decorridos **5 anos** de sua vigência pensão provisória em vitalícia No caso de reaparecimento do servidor, o benefício será cancelado Beneficiário condenado por crime doloso de que tenha resultado a morte do servidor Não receberá pensão I - Falecimento II - Anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge Acarreta a III - Cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido perda da qualidade de IV - Maioridade de filho, irmão órfão ou pessoa designada, aos 21 anos de idade beneficiário V - Acumulação de pensão → É vedada a percepção cumulativa de mais de 2 pensões

VI - Renúncia expressa

SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - BENEFÍCIOS III



SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

